



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 16/2020

Sessão Extraordinária de 20 de Novembro de 2020

Aos vinte dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na Sala de Reuniões da Assembleia Municipal, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária (Temática) da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo quadragésimo segundo do Regimento por videoconferência, destinada à apresentação e debate sobre o "Programa de Ação para Gestão da Crise Social e Económica", que constitui o tema único da sessão, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

-----  
**24 Deputados Municipais do PS** - Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

-----  
**9 Deputados Municipais do PSD** - Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Maria Helena Barão e Baião (em substituição de Carlos José da Silva Martins);-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo e os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Estiveram ausentes:-----

O Deputado Independente, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente que não iria participar na reunião.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído por Maria Helena Barão e Baião.-----

O Deputado Municipal do PSD, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído por Cláudio Filipe Simão de Lima e Duarte-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia Municipal a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

### -----Ordem de Trabalhos-----

1- Apresentação do tema pela Câmara Municipal;-----

2- Intervenção do Público;-----

3- Intervenção dos Deputados Municipais;-----

4- Intervenção da Câmara Municipal;-----

5- Intervenção dos Deputados Municipais;-----

6- Intervenção da Câmara Municipal;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

7- Conclusões e recomendações da Assembleia Municipal;-----

-----  
Foram iniciados os trabalhos:-----  
-----

-----  
Entrou-se no ponto 1 da ordem de trabalhos:-----  
-----

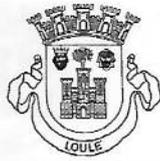
1- Apresentação do tema pela Câmara Municipal "Programa de Ação para Gestão da Crise Social e Económica";-----  
-----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que cumprimentou todos os presentes.-----

«Estamos aqui reunidos em torno do tema que vou de seguida apresentar que, como podem ver na tela que está neste momento à vossa frente, se trata do programa de ação para a gestão da crise social e económica.-----

Como sabemos, este ano, a partir dos meses de fevereiro e março, fomos todos surpreendidos com, enfim, uma pandemia que veio naturalmente alterar toda a rotina, todo o curso normal das nossas vidas. Em todo o mundo, todas as organizações, as sociedades, toda a gente tratou de reagir a essa pandemia, encontraram-se respostas, a população, adaptou-se à situação, os organismos oficiais, em primeiro lugar, a Organização Mundial de Saúde, os vários governos por esse mundo fora, os vários países, foram adotando os conselhos, as medidas que se impunham para encarar este problema.-----

Localmente, os municípios fizeram a mesma coisa, nós estamos aqui hoje a fazer o mesmo, aliás já o fizemos. Na primeira fase da pandemia, eu tive oportunidade, na Assembleia Municipal, de fazer um balanço de quais foram as medidas tomadas, e hoje, aqui estamos novamente para apresentar este programa, que tem um carácter operativo, com medidas muito práticas para reagirmos a este problema, que tem consequências, como sabemos, ao nível da saúde pública, sociais e também consequências muito importantes ao nível da economia. Assim, este conjunto de medidas que vão hoje aqui ser apresentadas, são medidas que visam mitigar os efeitos e os impactos desta economia, e este programa está também alinhado com um outro que já aqui falámos várias vezes, que é o programa de ação para a revitalização da economia local, PAREL. Este programa será oportunamente também apresentado, mas eu chamo desde já a atenção para a natureza diferente deste programa que é o PAREL, porque este programa tem muito mais a ver com a resposta à crise ao nível do investimento público municipal. Ele não é já apresentado porque tem que primeiro ser enquadrado e estabilizado no quadro do orçamento municipal. Após essa circunstância que está para muito breve, nós iremos depois apresentar também o PAREL.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Este programa é um programa dinâmico, ele hoje está aqui apresentado nas suas linhas prospetivas, mas ele com certeza que irá, como todos os programas, adaptar-se ao evoluir da situação.-----

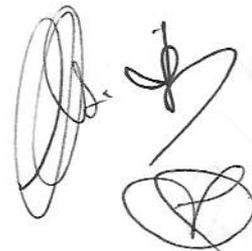
Quero dizer que este programa foi decidido ser apresentado ainda no verão, percebemos pelas notícias na altura que corriam nos órgãos de comunicação social, que teríamos que contar com uma segunda vaga, e que essa segunda vaga, segundo algumas opiniões, poderia até ser mais grave nas suas consequências. Foi aí que decidimos imediatamente pedir aos serviços municipais e também aos vereadores com competência na área, neste caso concreto o senhor vereador Carlos Carmo, que liderou um grupo de trabalho e que articulou todo o trabalho com o senhor Vice-Presidente, uma vez que estamos a falar de uma circunstância excecional que nos obrigou a rever o principal orçamento de gestão financeiro que temos na Câmara, que é o orçamento municipal, daí que tenha sido constituída uma equipa, que a partir do verão trabalhou, e trabalhou ouvindo várias entidades. Aliás, os senhores deputados têm convosco o programa que foi distribuído, que é um programa muito desenvolvido, muito detalhado, quantificado e que é diferente, mais rico do que esta apresentação que aqui estou a fazer e, portanto, podem ver as 25 entidades que foram questionadas e que colaboraram para este programa.-----

Depois, estão previstas medidas de acompanhamento, são três momentos em que vamos fazer o balanço da aplicação deste programa, e este programa, já falei que foi, portanto, um grupo de trabalho que o concebeu e eu estou aqui hoje a apresenta-lo. Naturalmente que, como devem calcular, tomei parte ativa nestes trabalhos deste programa e queria dizer-vos que o valor de investimento deste programa, começa a contar a partir do dia 11 de novembro, foi quando o programa foi aprovado na reunião de Câmara que teve lugar nesse dia.-----

Não foi um programa feito espontaneamente, tudo foi muito planeado, tudo foi muito pensado, para que pudéssemos ter agora uma ferramenta o mais possível eficaz e adaptada às circunstâncias difíceis que a nossa comunidade vai vivendo no concelho de Loulé.-----

Aqui temos mais uma vez, e como poderão ver, o planeamento, depois os domínios estratégicos que são nove, têm aí, as nossas medidas vão incidir sobre domínios que têm a ver com a economia e a fiscalidade, o emprego e a formação, o comércio local, a cultura e os eventos, a coesão social da nossa comunidade, a saúde, a habitação, a educação e a segurança e a proteção civil, e aqui ao lado têm o exemplo de uma ficha que desde logo é encimada pelo domínio, depois pela vida, depois pela sua descrição, se é nova, se é a continuação de uma medida que vinha de trás da primeira fase, a sua quantificação e tudo mais. Há aqui um método rigoroso para que tivesse sido possível chegar a este documento.-----

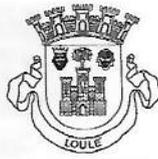
Temos os domínios que já vos falei, vamos passar à frente, e agora vamos entrar no primeiro domínio que é a economia e fiscalidade. As medidas são muitas em cada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

domínio, vou apenas cingir-me àquelas que provavelmente poderão ser as mais relevantes, uma vez que seria impossível falar de todas estas 76 medidas que constituem o conteúdo de todo este programa. Em primeiro lugar, vamos no domínio número um da economia e fiscalidade municipal potenciar o gabinete de apoio à atividade económica e empreendedorismo. Isto significa que nós vamos estar muito disponíveis para ouvir os empresários, as suas dúvidas, a maneira de aceder aos apoios. Portanto, isso tudo vai correr através do nosso gabinete de apoio ao empresário, o gabinete de apoio à atividade económica. Depois, estamos a ponderar a criação de um serviço de transporte flexível a pedido, entra aqui também esta medida importante que tem a ver com a mobilidade e que sobretudo vai valer para os territórios mais isolados do nosso concelho, onde as carreiras de autocarro não chegam, ou não respondem às necessidades, há uma modalidade que vamos ponderar, que é o transporte a pedido. Por último, neste domínio, ponderamos medidas de escalonamento para a isenção de diversas taxas relacionadas com a atividade económica na ocupação do espaço público e também na isenção de rendas de concessão de espaços municipais e do mercado municipal exterior aos sábados de manhã. Portanto, e como sabem, estão em vigor isenções de pagamento de taxas em todos estes domínios e poderá haver aqui também alguma adaptação em função da nossa perceção da necessidade dos empresários que operam e que podem ter redução ou isenção de pagamento destas taxas. Portanto, no total neste domínio são doze medidas do domínio da economia e fiscalidade, portanto, totalizam 440.000€ despesa direta, apoio direto e não iremos cobrar por isenção de cobrança de receita 585.000€. portanto, é digamos o apoio, é a soma destas duas, apoio direto e apoio indireto. Apoio direto é a despesa que prevemos realizar e a perda de receita significa que em tempos normais, este era o valor que iríamos cobrar, mas que deixámos nas empresas e nas famílias, e esta vai ser sempre a lógica.-----

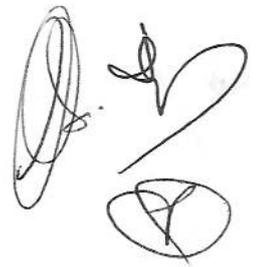
Emprego e formação. Está criada uma bolsa de recursos humanos especializados e fizemos isto em articulação com o IEFP, para pessoas que ficaram desempregadas poderem ser colocadas em escolas, em lares e em refeitórios sociais. Isto ainda ontem aconteceu, eu recebi cerca de 28 pessoas que nos foram enviadas pelo IEFP e que foram hoje colocadas nas diferentes escolas onde havia necessidades sinalizadas. Portanto, uma curiosidade que penso que devo trazer aqui ao conhecimento dos senhores deputados, é que perguntei a essas pessoas quando é que tinham ficado desempregadas e de onde provinham, cerca de 3 quartos dessas pessoas eram empregados de hotéis, era a esmagadora maioria. Portanto, vamos também, de seguida, divulgar, junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional, os principais investimentos municipais em curso, públicos e privados, por forma a adequar as ações de formação às necessidades do mercado de trabalho. Portanto, esta também é uma medida importante que vamos fazer e vamos desenvolver ações de formação e capacitação em artes e ofícios, até para ampliar a utilização do nosso projeto de Loulé



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Criativo, do turismo criativo que funciona num edifício inaugurado recentemente no palácio Gama Lobo, o palácio dos espanhóis, é assim que os louletanos conhecem aquele magnífico edifício que foi recuperado e que neste momento é sede de um projeto interessantíssimo que dá emprego a artesãos, a criativos, a muita gente e, portanto, nós vamos dinamizar ainda mais com ações de formação, aquele espaço. Temos aqui cinco medidas, despesa direta meio milhão de euros, comércio local, é que está aqui um domínio muito importante onde nós pensámos muito bem de que forma é que poderíamos ajudar nesta crise muito severa, uma crise muito séria o comércio local e os senhores deputados podem ver um conjunto de medidas que aí estão. Estamos a criar uma plataforma de comercialização e distribuição de produtos endógenos e a promover a produção local. A título de exemplo, o principal partido da oposição, fizemos em dois momentos diferentes chegar em duas cartas, medidas, sugestões, para fazer face a esta pandemia. Aqui, eu lembro-me perfeitamente foram várias as medidas, boa parte delas foram acolhidas e estas são duas dessas medidas que nós aceitámos completamente, concordámos com elas e elas aqui estão, porque até vinham ao encontro, coincidimos aqui, tínhamos a mesma visão neste aspeto, aliás como em outros. Vamos promover uma plataforma do comércio local, vamos isentar o pagamento de taxas municipais referentes à ocupação do espaço público com esplanadas abertas e os seus componentes e aqueles que têm as esplanadas fechadas, devo dizer que a isenção deste pagamento, representa uma verba muito significativa que a Câmara não vai arrecadar e que é uma forma de ajudar, portanto, os proprietários dos restaurantes, de bares e de outros negócios de rua. Vamos criar novos espaços de esplanadas e permitir o aumento das áreas existentes, aliás, uma medida que já foi tomada na primeira fase da pandemia e que vamos continuar também, porque resultou muito bem e ajudou. Vamos isentar o pagamento de taxas municipais referentes à ocupação do espaço aéreo, do espaço público, isto diz respeito aos toldos, reclames, cavaletes, outros suportes publicitários que vão deixar de pagar as suas taxas, e ponderamos a possibilidade de isentar o pagamento de taxas municipais referentes à ocupação do espaço dos mercados para feirantes e vendedores ambulantes. Aqui temos 9 medidas, 103.000€ de investimento direto e 441.000€ de apoio indireto à atividade económica do comércio local.-----

Cultura e eventos. Aqui também já na primeira fase ajudámos, porque os criadores, os agentes de cultura, são dos segmentos da população que estão a sentir, estão todos, mas estes particularmente, por características próprias, porque normalmente não têm contratos de trabalho, o trabalho é um trabalho que hoje têm, amanhã não têm. É um segmento da nossa população que precisava de apoio, nós apoiámos, vamos continuar a apoiar. Temos um programa de apoio às artes visuais do concelho e vamos continuar a apoiar os agentes culturais, através de um regulamento municipal de apoio ao associativismo cultural e recreativo do concelho de Loulé, assim como outros apoios pontuais. São 5 medidas no valor de meio milhão de euros.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Coesão social. Bom, aqui é também um segmento, uma linha de apoio muito importante, porque como sabemos o desemprego cresceu muito, há pessoas que estão de facto numa situação muito complicada. Vamos operacionalizar a iniciativa municipal do Vale Alimentação. Nós fazemos muita questão de apoiar as pessoas, sendo discretos, não queremos que ninguém no concelho de Loulé sofra de privação alimentar e, portanto, temos aqui várias possibilidades para ir ao encontro e responder a esse problema. Vamos criar uma equipa de rua para apoiar a população sem-abrigo no âmbito de um programa próprio. Criámos estruturas de acolhimento provisórias para a população sem-abrigo e em situação de vulnerabilidade, unidades residenciais temporárias. Vamos reforçar os refeitórios sociais que funcionam em Loulé, em Quarteira e em Almancil e vamos reforçar a resposta no âmbito do nosso programa de ajuda alimentar municipal. Vamos manter a medida através da iniciativa de cabaz alimentar que já vem sendo praticada e vamos fazer um novo contacto com a população que se encontra isolada, pouco integrada com a comunidade, seja famílias, seja instituições sociais e que está identificada no programa local de Geo Emergência, temos cerca de 4.000 contactos. Aliás, esta medida entronca numa outra, num concurso público que recentemente abrimos para a cobertura através de comunicações móveis no interior do concelho de Loulé e, portanto, esta medida entronca-se nessa e tem lógica e ganhou uma complementaridade muito importante. Temos 11 medidas, com o apoio direto de 642.380€.

Saúde. Bom, aqui o município de Loulé também tem trabalhado muito, tem investido muito nesta área, porque a saúde com o trabalho, são dois bens sem os quais a vida não é possível em sociedade e, portanto, aderimos ao programa de vacinação do SNS. As pessoas, muitas, têm feito as suas vacinas em farmácias em todo o concelho de Loulé, e nós estamos lá a apoiar e a facilitar. Promovemos uma campanha de vacinação, desta vez da gripe sazonal também, aliás como o ponto anterior, a grupos vulneráveis, em articulação com a unidade de cuidados na comunidade de "Gentes de Loulé". Isto temos feito através de uma unidade móvel de saúde que circula pelo interior do concelho de Loulé, e que tem vacinado muita população idosa nas freguesias do interior. Esse programa está a decorrer, mas sei que já estiveram em Alte e creio que em Salir e vão continuar. Estamos a implementar ações de rastreio à Covid-19, em todos os lares do concelho. Chamo a atenção para a importância deste nosso programa, porque é um programa em que todas as semanas os nossos idosos, nos lares e os funcionários são rastreados e se alguma coisa for detetada, nós temos possibilidades de agir muito rapidamente e, portanto, estamos a adquirir equipamentos, e estamos a montar áreas dedicadas, as ADR, em Loulé e Quarteira, que é também uma estrutura de apoio aos médicos e enfermeiros que não tinham condições nem em Loulé nem em Quarteira, nós estamos a fazer um fortíssimo investimento para fazer consultas às pessoas suspeitas de doença Covid-19. Temos 13 medidas no domínio da saúde, com mais meio milhão de euros.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Habituação. Portanto, também há aqui medidas que são importantes. Temos aqui duas medidas, com 540.000€.

Educação. Estamos com uma linha de apoio Médico Escolar que montámos, oferecemos os tablets a muitos alunos, que foram distribuídos às escolas e que são cerca de 750 tablets, e estão nas escolas e os diretores estão a distribuir aos alunos. Temos aqui dez medidas, com 1 milhão e meio.

Na segurança e proteção civil, estamos a continuar a manter em prontidão as zonas de apoio à população, para no caso de a pandemia ficar fora de controle nós podermos acolher pessoas com as condições mínimas de poder acolher essas pessoas e tratá-las com dignidade, acolhê-las com dignidade. Estamos em processo de contratação pública para a aquisição dos chamados equipamentos de proteção individual, este também é todo um vastíssimo trabalho que está a ser feito, e aqui temos um investimento direto de 770.000€. O investimento estimado são cerca de 6.799.000€, com essa distribuição que podem aí ver. É uma verba muito significativa e eu mais uma vez, chamo a atenção que isto é aquilo que se estima gastar a partir deste mês de novembro até ao verão ou em alguns casos, até ao final do ano que vem, com medidas de apoio, portanto a todos estes segmentos, todas estas áreas de intervenção e de gestão da administração local da Câmara Municipal de Loulé.

Depois, queria dizer-vos que são 26 novas medidas, medidas de continuidade são 50, e são no total 76.

A despesa direta são 5,6 milhões de euros, a receita que não vamos arrecadar, porque fica nas pessoas, é 1.177.000€, o que totaliza neste programa de ação, 6.799.000€. Portanto, a primeira vaga, os custos que apresentámos na altura em Assembleia Municipal de 26 de junho, custou ao erário público municipal 4.700.000€ gastos só na primeira vaga. A segunda vaga que começa agora em novembro, de acordo com os nossos cálculos, as estimativas que, mais uma vez chamo a atenção dos senhores deputados, que podem verificar no plano detalhado que têm convosco, totalizam 6.799.000€, isto dá um total do orçamento de cerca de 10,7%. Ainda na última Assembleia Municipal, lembro que o deputado João Guerreiro, do grupo parlamentar do PSD, tinha pedido coragem e ousadia ao município de Loulé, para destinar uma percentagem do seu orçamento na ordem dos 10%, pois quando hoje fizemos as contas, nós próprios ficámos surpreendidos, porque se tomarmos o que gastámos na primeira fase que está contabilizado, e eu apresentei, são 4.700.000€, e se a isso acrescentarmos esta parte que é previsível gastar, de novembro até ao final deste ano e para o próximo ano, são 6.799.000€. Quero dizer também uma particularidade aos senhores deputados, é que estes 6.799.000€ correspondem, de grosso modo, a cerca de 6% do orçamento municipal. É uma verba que em termos percentuais está alinhada com aquela verba que o município de Lisboa está a destinar ao apoio e a fazer face às consequências económicas e sociais da pandemia Covid-19. Portanto, senhores deputados, este é o valor total que se gastou e de acordo com a nossa planificação irá



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mais ou menos gastar, totaliza 11.449.511,08€. Portanto, como veem é uma verba muito significativa com a qual não contávamos, mas que é a responsabilidade dos poderes públicos em todos os níveis, e nós falamos aqui ao nível local, é nossa responsabilidade fazer face e reorganizarmo-nos e reorientarmos os nossos projetos e planos de investimentos e destinar o dinheiro para aquilo que é emergente e para aquilo que é absolutamente importante, que é naturalmente a saúde pública, a saúde das pessoas que temos que proteger e que temos que defendê-las e que é também o apoio à economia, porque a economia é onde a sociedade vive, trabalha, respira, e sem economia, ninguém pode viver também. Estamos perante um programa que foi pensado, foi estudado, calculado, um programa ambicioso, mas para o qual nós assumimos a responsabilidade de o levar à prática para bem de todos aqueles que vivem e trabalham no concelho de Loulé».

Em seguida, passou-se ao ponto 2 da ordem de trabalhos.

### 2 - Intervenção do Público;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, pediu «à senhora 2ª. Secretária, a deputada Joana Conceição, que fizesse o favor de ler a intervenção do público que lhes foi encaminhada».

Ficou com o uso da palavra, a Deputada **Joana Conceição (2ª secretária)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que "foi dada entrada de um e-mail da Associação de Empresários por Quarteira, que vou passar a ler.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Hugo Nunes. Venho por este meio apresentar o meu pedido de intervenção na Assembleia Municipal, no próximo dia 20 de novembro, na qualidade de Presidente da Associação de Empresários por Quarteira.

Caro senhor, Presidente da Assembleia, executivo e restantes deputados municipais. Dificilmente haveria melhor momento do que uma Assembleia onde será apresentado o programa de ação para gestão da crise social e económica, para me dirigir a vós, apresentando a recém-criada Associação de Empresários por Quarteira. Esta associação, foi a evolução natural do grupo de Empresários por Quarteira e pretendemos uma cidade moderna, dinâmica e virada para o futuro, onde empresas com valor acrescentado e competitivas se possam desenvolver e para que o comércio, turismo e demais atividades estruturais possam crescer de forma sustentável. Estamos aqui para colaborar, não só com o executivo, mas também com cada um dos deputados desta Câmara, sobre quem recai a responsabilidade da confiança depositada através do voto de cada munícipe. Sintam a responsabilidade de cada um desses votos, e contribuam para o bem comum. Neste tempo de crise, é imperativo pensar o presente, mas também o futuro. O comércio local maioritariamente composto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

por microempresas, está em enormes dificuldades, é sabido. Não venho aqui pedir soluções mágicas, mas apenas que não se esqueçam do comércio local e dos pequenos empresários. Não sabemos o conteúdo deste plano que hoje vai ser apresentado, por isso é prematuro dar parabéns, ou fazer críticas, mas espero que responda a algumas necessidades urgentes, mas este é um processo contínuo, vai demorar anos até sarar a ferida criada por esta crise. Terminando deixando o apelo que se vá o mais longe possível, nos apoios à economia e na salvaguarda do emprego, atrasando ao máximo a crescente necessidade de apoio social.-----

Com os melhores cumprimentos, Víctor Duro".-----

Em seguida, entrou-se no **ponto 3 da ordem de trabalhos**.-----

### **3- Intervenção dos Deputados Municipais;**-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, perguntou aos senhores deputados municipais se havia pedidos de intervenção. Em seguida, declarou abertas as inscrições para a discussão do ponto 3 da ordem de trabalhos.-----

Pediu o uso da palavra, a **Deputada Helena Baião (BE)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «o BE, leu aturadamente o programa de ação para a gestão da crise social e económica. Este programa de ação, contém 77 medidas, das quais 26 são novas e 50 são medidas de continuidade.-----

Parece-nos um bom documento, um documento que não deixa de ser de marketing político e como marketing, também tenta vender qualquer coisa e tenta vender uma ideia, tenta vender uma ideologia, tenta vender um trabalho.-----

Das medidas elencadas, sublinhamos as seguintes como as mais importantes e com maior impacto social, mas corrijam-nos se estivermos errados:-----

- Isentar o estacionamento tarifado em zonas de maior pressão urbana nos momentos de menor procura, 83.000€;-----

- Definir e implementar medidas de apoio ao Loulé Global, 400.000€;-----

- Estudar medidas de escalonamento para a isenção de diversas taxas relacionadas com a atividade económica na ocupação de espaço público, isenção de rendas de concessão de espaços municipais e do mercado municipal exterior, 72.000€, mais 248.000€. Isto não seriam receitas da Loulé Global?-----

- Criar uma bolsa de recursos humanos especializados, em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 500.000€.-----

Comércio local, isentar o pagamento de taxas municipais referentes à ocupação de espaço público, com esplanada aberta e seus componentes e esplanada fechada, 270.000€, mas por oposição, promover a produção local, só tem uma verba de 15.000€.



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Na cultura, apoiar os agentes locais, regulamento municipal de apoio ao associativismo cultural e recreativo do concelho de Loulé e apoios pontuais, 300.000€, mas aqui, só existem medidas de continuidade, não há nada de novo.-----

Ao nível social, existem várias novidades, mas a dotação orçamental parece-nos curta. Os exemplos flagrantes são: melhorar o sistema técnico da linha Loulé Solidário e reforçar os recursos humanos, se necessário, 50.000€, versus criar estruturas de acolhimento provisórias para a população sem-abrigo, 50.000€.-----

Na saúde, garantir os serviços de higienização do espaço público e dos espaços de utilização coletiva, 100.000€. achamos particularmente importante a medida de assistência a doentes respiratórios que vai ser implementada.-----

Agora, o que nos dá mesmo vontade de sorrir a esta altura da parada, é a medida S11, lançar campanha de sensibilização no âmbito de combate à Covid-19, 10.000€. É surpreendente que chegados ao dia de hoje não estejam ainda hoje implementadas medidas essenciais nesta segunda vaga e no estado de emergência, tanto mais que algumas destas medidas já foram experimentadas na primeira vaga pandémica.-----

Na habitação, isentar o pagamento das rendas de habitação social, a todas as famílias que têm contratos de arrendamento com o município, custa 150.000€. Esta medida não deveria estar implementada já desde março de 2020?-----

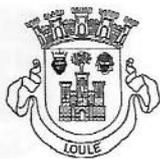
Na educação, implementar a linha de apoio Médica Escolar, 125.000€. Parece-nos bem.

Na segurança e proteção civil, promover os processos de contratação pública para a aquisição de equipamentos de proteção individual e outros, bem como serviços no âmbito do combate à pandemia, com ênfase nas seguintes áreas, segurança e saúde no trabalho, social, proteção civil, segurança e bombeiros, 750.000€. Porquê tanto dinheiro para esta valência?-----

Sobre o programa de ação para a gestão da crise económica do concelho de Loulé hoje apresentado, cujas medidas não podemos deixar de louvar, não nos parecem suficientemente claras as políticas de apoio sociais às famílias e às pequenas empresas, onde o comércio local tem bastante peso, que estão a viver dramaticamente os efeitos económicos desta grave crise social. No caso das famílias, defendemos um reforço do plano de emergência para ser gerido em estreita relação com a rede social e as Juntas de Freguesia.-----

Relativamente às micro, pequenas e médias empresas, deveria existir um fundo específico para algum apoio articulado com as políticas do governo central, para ser utilizado com a colaboração de associações, das atividades económicas locais e Juntas de Freguesia.-----

Relativamente ao apoio às atividades artísticas e culturais, parece-nos que há alguma sensibilidade política que os apoios previstos poderão ser reforçados com a redução natural da programação cultural que deixará de se realizar, sobretudo no primeiro trimestre de 2021, e o reajustamento dos gastos em iniciativas cíclicas de grande



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

investimento municipal, priorizando o recurso a artistas locais e reduzindo o número de contratos com artistas nacionais e internacionais.-----

Nas escolas, parece existir alguma atenção aos problemas emergentes, mas devemos perceber se além de serem asseguradas refeições gratuitas nos refeitórios escolares aos jovens e crianças subsidiadas, se há flexibilidade para contemplar novos casos que, não estando elencados na listagem do apoio social escolar, venham a sofrer alterações significativas na situação económica das famílias»-----

Pedi o uso da palavra, o **Deputado Cláudio Lima (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes. «eu estive a ler atentamente o documento e de facto antecipação, que é uma das primeiras palavras que eu marquei no documento, não tem sido claramente a virtude deste executivo municipal, face aos graves efeitos sociais e económicos que esta pandemia tem provocado no nosso concelho.-----

O plano de recuperação e resiliência, aquele que o estado central continua a prometer, continua por apresentar e certamente ele também resistente aos gritos de desespero, porque esta resiliência é uma resistência também aos gritos de desespero de quem tanto precisa hoje de apoio e não consegue ter.-----

No documento do executivo, eu vejo muitas siglas, muitas palavras, mas muito pouca concretização.-----

O programa de ação para a gestão da crise social e económica, mais uma sigla que o senhor Presidente aqui trouxe, é um plano de ação efetivamente que apresenta, mas que traz muitas ações que já foram executadas e muito poucas que falta executar.-----

O plano de ação para a revitalização da economia local, mais uma sigla, mais um chavão que o senhor Presidente trouxe, é um programa para 2020/2021, que tem 2 anos de duração, mas que está à espera da estabilização de um orçamento de estado para 2021 para efetivamente surtir efeitos. Ora como sabemos, o orçamento de estado para 2021, ainda está a ser discutido e dificilmente sairá daquilo que é o imbróglio que hoje todos nós sabemos.-----

Vimos com algum agrado no início do documento, que a Câmara consultou 25 entidades externas para produzir este documento, mas eu registo com muito desagrado que apenas três são associações de direito privado, e a grande maioria das associações que você e o seu executivo tiveram oportunidade de consultar, são governadas pelo Partido Socialista. Ora, eu não considero que este documento seja um documento à partida abrangente e que possa trazer várias opiniões de diversos grupos, sejam eles públicos, sejam eles privados. Portanto, começa logo à partida o documento de estar ferido de morte, porque se quisesse ter um olhar mais amplo, mais concertado sobre as diferentes sensibilidades da população, seria muito difícil logo à partida.-----

As medidas fiscais que o senhor Presidente e o grupo de trabalho apresentam em período Covid, muito sinceramente, não são muito diferentes daquelas que este executivo já apresentou no passado antes da pandemia, muito pelo contrário, e as



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

medidas económicas que apresenta, em vez de libertar o dinheiro para as empresas e para as famílias, ou para tecido económico e social do concelho, servem acima de tudo para tapar buracos que a má gestão desta pandemia logo no início provocou.-----

As perdas de receita que o senhor Presidente e que o executivo estima para algumas empresas municipais, são colmatadas com entradas de dinheiro. Aliás, isso é evidente no documento que o senhor Presidente apresenta, e as medidas novas que são apresentadas, são acima de tudo de estudo. Ora, eu realcei aqui esta, que me pareceu efetivamente um pouco fora do contexto, uma medida dentro deste programa que se chama, estudar a criação de circuitos de transportes urbanos até à Goncinha. Ora, muito sinceramente senhor Presidente, esta medida não é uma medida para ter impacto na vida das pessoas neste processo do Covid. Apenas serve para fazer o que este executivo já nos habituou desde o início a fazer, que é de pensar, reunir, refletir, mas executar não. Portanto, esta medida é para estudar, ou seja, aquilo que nós verificamos, é que em vez de ajudar a economia real, ajudando as empresas e as pessoas a criar postos de trabalho na área que diz respeito ao emprego, decide criar mais 100 postos de trabalho, mas 100 postos de trabalho fruto de uma parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que vão diretamente para a Câmara Municipal. Ora, nós temos consciência que este executivo não teve culpa da pandemia, mas nalguns pontos, não está isento de responsabilidades relativamente à sua atuação, se é atempada ou não para resolver os problemas económicos e sociais do concelho. Se muito emprego ficou destruído nestes últimos meses, esta destruição obviamente não teve a sua assinatura, mas teve claramente o seu imobilismo e o seu silêncio, estudar, estudar, mas executar muito pouco. Há meses atrás, senhor Presidente, permita-me lembrá-lo e você há pouco fez essa intervenção, ainda os efeitos não eram visíveis desta pandemia, mas infelizmente muitos já estavam esperados, o PSD apresentou um conjunto de medidas para mitigar o impacto desta pandemia. Onde estão essas medidas, senhor Presidente?-----

Se quisesse efetivamente ajudar as empresas e as pessoas do nosso concelho, bastava adotar algumas das medidas que lhe propusemos. Uma delas, permita-me recordar-lhe, era ao mesmo tempo tão simples mas tão eficaz para resolver alguns dos problemas reais das empresas do nosso concelho, aquelas empresas que claramente o senhor não ouviu quando construiu este plano. Acelerar, por exemplo, os prazos de pagamento aos fornecedores de bens e serviços da Câmara, fomentando inclusive a boa prática de lhes conceder aquilo que é legalmente possível, que é receber um adiantamento de 30%. Isso sim ajudaria a resolver alguns dos graves problemas de tesouraria que as empresas hoje em dia se deparam e provavelmente evitaria a destruição de empresas e de empregos do nosso concelho.-----

Senhor Presidente e seu executivo, o documento é muito vago, não resolve, não identifica quem é que vai ajudar e não identifica sobretudo quem são os beneficiários



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

das medidas, pelo que se torna claramente impossível de medir a efetiva eficácia das medidas para o número elevado de pessoas»-----

Pedi o uso da palavra, o **Deputado Carlos Costa (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que queria felicitar a Câmara, porque a isso lhe leva a consciência, e o sentido e o pesar o que se está a passar neste momento, com esta pandemia, por a apresentação deste programa de ação para a gestão da crise social e económica. Ela complementa um conjunto de iniciativas que o município e o executivo municipal encetaram de imediato assim que se desenvolveu a crise. Temos que reconhecer que o executivo não ficou imóvel, não ficou imobilizado, não ficou imóvel perante a pandemia, perante este grande problema que temos na sociedade, esta pandemia. Quer o executivo, quer o governo da República, tomaram medidas, no sentido de atenuar o efeito desta pandemia, dizendo que Roma e Pavia não se fizeram num dia, não é muito adequado este provérbio, mas fez-se, está-se a fazer, está-se a executar na medida dos possíveis e com algum esforço e com a consulta, envolvendo entidades, no sentido de ajudar a resolver este problema, ajudar a atenuar os efeitos desta pandemia, e quando dizem que este programa é um chavão, permita-me quem o disse, ofendeu um grupo de trabalho que o elaborou, pessoas que de boa fé e de boa vontade aqui estão enfim, a trabalhar o documento. No fundo, é um complemento das medidas que vinham a ser tomadas, e queria destacar, senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria destacar aqui as medidas, nomeadamente as que são as novas medidas, e as novas medidas passam por um conjunto de questões que têm a ver com os problemas imediatos das pessoas, quando se diz também aqui que elas não são dirigidas a ninguém, ou não se sabe a quem são dirigidas, quem é que as vai executar, é quem não cá está, é quem não está de boa fé a avaliar o trabalho, mal ou bem está a ser feito. Ainda hoje, na comunicação ao país, o Exmo. Senhor Presidente da República, apelava, o combate é ao vírus, ponhamos de parte temporariamente as quezílias político-partidárias, façamos aqui, enfim, alguma coesão dentro da medida do possível, não pondo em causa a democracia, no sentido de ajudar a resolver os problemas. Isto é o que aqui está, é o que tem aqui sido feito, quer pelo governo municipal, quer pelo governo da República, mas é a oposição que temos, um dia terá que ser feita uma Assembleia Municipal, senhor Presidente, que é o estado da oposição, na minha opinião, que era para ver como é que se poderia aqui concertar uma forma pedagógica de fazer política, uma forma pedagógica de intervir, no sentido de quem nos ouve lá fora, até dos mais jovens, e os mais jovens ligam a televisão, ligam o canal da Assembleia da República e ficam horrorizados com aquela forma de discursar, com aquela atitude agressiva de mandar abaixo e aqui, por acaso, em Loulé, tem sido praticada nestes anos, nestes seis anos. Vou concluir senhor Presidente da Assembleia Municipal, falando nalguns domínios, nalgumas medidas e essas medidas têm a ver com a questão de quando se fala aqui na empresa municipal Loulé Global, ela efetivamente



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dentro das suas competências, tem cumprido de acordo com o que lhe é definido e tem assumido as despesas, tem assumido os encargos com as medidas tomadas, nomeadamente os transportes urbanos grátis, nomeadamente algumas medidas que têm a ver com o que é a redução de isenção de taxas do estacionamento tarifado, a proposta nova que vem aqui, enfim, para aligeirar a meio do dia, portanto, zonas de estacionamento de duração limitada, recorde aqui zonas de menor pressão, em que há, por exemplo, o largo engenheiro Eduardo Pacheco em Loulé, o Largo das Cortes Reais em Quarteira, portanto, a partir das 13:00h, todos os dias a isenção do pagamento do estacionamento. É uma medida, portanto, para apoiar o comércio local, é uma medida para ajudar, e de abertura. A Avenida Tivoli, a dos hotéis, a rua da Botelho, o clube náutico idem aspas, portanto, e o pagamento por via digital, os 15 minutos de tolerância. Quem paga o estacionamento por via digital, a aplicação dá 15 minutos de tolerância única, que teremos que aplicar depois mais tarde que é quando podermos implementar essa tecnologia. Vou só citar aqui mais três medidas, estou-me a reportar, portanto, a uma medida nova que tem a ver com a criação, estudar a criação do serviço de transporte flexível aqui. Alguns municípios no nosso país já tomaram esta medida, zonas em que não há uma frequência de passageiros, não se justifica uma carreira, mas há possibilidade de implementar este tipo de serviço, um serviço que é pedido muito. Portanto, uma central, uma pessoa que quer ir, enfim, a uma consulta, um idoso, um cidadão com dificuldades, que não tenha meios próprios para se deslocar. Portanto, isto resolve até algumas questões do alargamento das carreiras urbanas, dos transportes urbanos que também estão aqui previstos, alargar o circuito dos transportes urbanos aqui à Goncinha, portanto, a linha amarela ao sítio da Franqueada, à rotunda, apanhar a outra zona industrial que está construída mais abaixo e do ponto de vista da mobilidade e do ponto de vista do que é os apoios sociais, do que é a coesão social, o operacionalizar a iniciativa municipal, o Vale Alimentação, isto é um período e tem um percurso, é planear, isto é ajudar, está-se a trabalhar para se ajudar as pessoas e tem que haver projetos e depois a seguir aos projetos e aos planos, há as obras. Portanto, dizer que de imediato não está a funcionar, é óbvio que há coisas que não podem funcionar de imediato como uma varinha de condão, não há coisas que funcionam de imediato, mas há que termos a aceitação de que estas medidas, a parte principal que é o seu planeamento está no terreno, está a ser apresentada e ele irá, haja meios e haja o suporte político que é importante dar a quem executa, para que elas se concretizem.-----

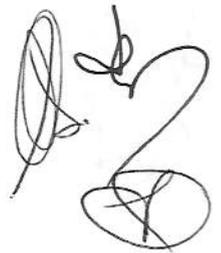
-----  
Pedi o uso da palavra, o **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que na verdade, estavam com alguma expectativa quanto a este programa, quanto a este plano que na verdade não é nada mais do que um programa de apoio à economia e à sociedade, um programa de apoio à gestão da crise social e económica.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Na realidade, a primeira nota que queremos que retenha, é que na realidade tínhamos muita expectativa, mas ficou um pouco aquém daquilo que nós prevíamos. Achemos que há aqui algumas medidas que são medidas em que nós nos revemos, algumas delas nós próprios as reivindicámos, portanto, e, claramente eu estou perfeitamente agradecido e grato pelo que o documento seja implementado, mas creio que a gente poderia ir um pouco mais longe, aliás, muito mais longe e nomeadamente mais longe, vou enunciar os meus motivos. Sendo que na realidade um dos pressupostos, e passo a ler o preâmbulo ou o sumário daquilo que é o programa que o senhor Presidente apresentou. Basicamente os pressupostos ou os fundamentos são de que as empresas e passo a citar o que está escrito, "as empresas possam ultrapassar com menor impacto este período de crise, há um aumento significativo de desemprego, há uma quebra de elementos por parte das empresas do agregado familiar". O que se vê na realidade, é que este plano deveria ser concentrado na promoção, não só na parte social, mas maioritariamente concertado no apoio às empresas que são aquelas que condicionam a empregabilidade, porque se não tendo atividade comercial, deixam de ter empregabilidade, começa a haver desemprego, o desemprego sobe, há maior clivagem social, há maior insalubridade social, há maior precaridade, e é isso que nós pretendemos evitar.

O que não conseguimos vislumbrar neste programa, é que não haja uma única medida concretamente dedicada às empresas, e eu passo a citar. Por exemplo, temos duas câmaras municipais bem conhecidas em Portugal, Sintra e Lisboa que fizeram planos de emergência económica, diretamente ligadas às empresas, e são duas câmaras socialistas que claramente estarão agindo dentro da lei, que na verdade afetam o seu erário público, há manutenção do emprego e à empregabilidade, nomeadamente a empresas que mantenham posto de trabalho até trinta do doze, que tenham rendimentos globais menores que 100.000€ e que lhes aplicam 1500€ por cada funcionário por cada empresa durante 14 meses, isto em Sintra. Em Lisboa, o valor bruto até 100.000€, 4.000€ por empresa, valor bruto de 100 a 300, 6.000€ por empresa e valor bruto de 300 a 500.000€, 8.000€ por empresa. Portanto, o que se vê aqui na realidade neste programa, é que não há uma única medida diretamente ligada, aquelas que possam manter o nível de emprego, de empregabilidade, porque na realidade algumas medidas são efetivas, mas outras são pouco ou nada efetivas, nomeadamente podemos começar pelas primeiras medidas, as medidas financeiras e económicas, no qual o senhor Presidente alega que algumas medidas, como a medida primeira, uma medida que fizemos implementar, é a isenção do estacionamento tarifado em várias zonas do município de Loulé e que aproveito para agradecer. Outras medidas, são praticamente estudos, não há medidas efetivas. Medida FM8, estudar a criação de um serviço de transporte, 25.000€. medida FM10, estudar o prolongamento da linha amarela até à saída de Franqueada, FM11, estudar a criação de não sei quê, estudar. FM12, estudar, enfim, não são medidas, são propostas de medidas, não têm



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

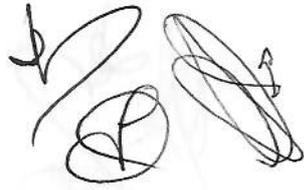
uma aplicação direta, não têm efetividade de nada. Portanto, o senhor Presidente na realidade está com muito boa intenção, mas isto não tem efetividade no tecido económico. O senhor tem aqui determinadas verbas garantidas para este estudo, mas isso não tem efeito nenhum sobre o tecido social e económico.-----

Há outra coisa que me cria na realidade alguma estranheza. Primeiro que tudo, são medidas que algumas delas já vêm dos orçamentos anteriores, nomeadamente a redução de IMI, a isenção de IRS, são medidas que têm alguma continuidade, isenções de transportes públicos. Portanto, não vejo nenhum sentido, sendo que isto é um programa novo, totalmente novo, é um programa no qual havia de haver aqui uma concentração de esforços e de foco na economia, parte social, havia depois de transpôr medidas que já foram aplicadas no orçamento, para este programa. Gera alguma confusão e nós ficamos ainda um pouco perplexos, porque na realidade isto é uma panóplia de medidas que a gente não acaba por ter alguma certeza ou alguma ideia quando é que quer arrancar.-----

Relativamente ao impacto financeiro, são assinalados 6,7 milhões de euros. Em medidas de continuidade, o senhor Presidente, aplica 4 milhões, em novas medidas aplica 2 milhões, que significa 30% no orçamento, 30% dos 6 milhões e tal, mas quando pegamos por exemplo na economia e fiscalidade, no qual o senhor Presidente comunica que em novas medidas tem um valor de 605.000€, destes 605.000€, 300 e tal mil euros são para apoiar a LC Global no valor de 397.000€, no qual o senhor Presidente apenas tem na economia e fiscalidade, 142.000€ efetivamente aplicados, e fala aí em 600 e tal mil euros. Portanto, e para ter a mínima ideia, um valor de 6,7 milhões de euros, é repartido da seguinte forma:-----

- Economia e fiscalidade - 15%;-----
- Emprego - 7%;-----
- Comércio local - 8%;-----
- Cultura 7%;-----
- Coesão social - 9,45%;-----
- Saúde - 8,20%;-----
- Habitação - 10,20%.-----

Isto senhor Presidente, é um programa económico e social. Tudo bem que a habitação é um problema que nós temos no município e precisamos de resolvê-lo, mas isto foi focado para a economia, para o emprego e para a manutenção de emprego. O senhor misturou aqui várias vertentes sociais de apoio, que eu penso que não esclarecem e não ajuda este plano de trabalho. Portanto, o que eu quero dizer, é que o senhor Presidente, poderia ter sido mais ambicioso, tornar algumas destas medidas que são estudos em programas efetivos, implementação efetiva no mercado para que possa haver, entre a medida da aplicação que será outubro até junho de 2021, algum retorno, alguma capacidade de as empresas poderem salvaguardar os seus interesses, manter o posto de trabalho e levar a economia a bom porto. Na realidade, com esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dispersão de medidas, algumas delas são muito boas como a saúde, mas há outras que... devíamos concentrar mais naquela que é na realidade o *core business* deste programa, que é na realidade o apoio à economia e apoio ao emprego, e quanto a isso acho que aí pecou».

---

Pedi o uso da palavra, o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «antes de mais, esta noite, gostaria de aproveitar para felicitar o executivo municipal por este programa e por todas as medidas que desde o princípio da pandemia têm tomado para controlar infelizmente o contágio e para minimizar os efeitos negativos que esta pandemia tem, e para não ficar a falar apenas no ar e sem dar exemplos concretos como a oposição está a fazer, quero-vos dizer que gostaria de agradecer desde logo no início, o apoio que a Câmara deu a todas as Juntas de Freguesia, a todas as associações, nomeadamente com a distribuição urgente de material como máscaras e como gel desinfetante, que como sabem, fazia muita falta e não existia, e foi distribuído às Juntas de Freguesia que os distribuíram aos agentes económicos que na altura precisavam para se manter a funcionar. Por outro lado, há medidas de continuidade, como a distribuição alimentar à nossa população mais isolada e carenciada, que se iniciou com a pandemia e que se mantém até agora, com o apoio de várias instituições e das Juntas de Freguesia e também do banco alimentar e da ação social da Câmara. É uma medida importantíssima sobretudo no interior, onde a nossa população idosa está muito isolada, não pode ir às compras e não tem neste momento grande apoio familiar. Por outro lado, e no que pessoalmente me diz respeito, tenho que dizer que ao contrário do que tem sido dito aqui, a Câmara Municipal apoiou a seu pedido, a pedido dos empresários de Alte, por exemplo, que pediram uma reunião com o senhor Presidente e Vice-Presidente da Câmara, quando do desconfinamento e pediram socorro. Pediram socorro, pediram apoio para tentar dinamizar o comércio numa aldeia e numa freguesia onde o turismo é uma atividade económica importantíssima e como todos sabem, estava em baixa, junto com a Junta de Freguesia e os empresários locais, criou-se um plano de divulgação de Alte, criou-se um plano de dinamização com os artistas locais também para dinamizar a cultura, como o senhor Presidente disse e muitíssimo bem, foi um dos setores mais afetados, tal como os ligados diretamente ao turismo, por esta pandemia infelizmente e associando os artistas, animação com todas as condições de segurança e de salvaguarda e os nossos empresários locais, conseguimos dinamizar durante algum tempo e promover o comércio e a economia local. Isto são medidas concretas, que aliás neste plano, ao contrário do que diz a oposição também estão referidas, nomeadamente com o aluguer de alojamento a hotéis para quem precise, nomeadamente com a aquisição de pacotes de animação turística para jovens e séniores, que a Câmara pretende realizar, isso é dinamizar a economia, tal como aquilo que já foi dito dentro desta ótica, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contratualização das refeições a restaurantes para poder fornecer as cantinas sociais. isto é dinamização da economia.-----

Eu sei que quando o PSD fala em dinamizar a economia, provavelmente queria que tal como acontece em Sintra e em Lisboa e em Albufeira, dessem diretamente o dinheiro às empresas, mas isso em princípio, é uma tarefa do estado central e a legislação ainda não mudou. Se a legislação mudar, provavelmente também a Câmara Municipal poderá fazê-lo, até lá, a opção é dinamizar por via de adquirir os serviços para que as empresas foram criadas e continuar a manter a economia a funcionar, e já agora e muito inteligentemente e muito bem, a oposição não falou do exemplo de Albufeira, porque o exemplo de Albufeira não é um apoio às empresas, mas um apoio aos empresários que numa primeira fase da pandemia não tinham apoio de lay-off tal como os seus empregados. Portanto, era uma forma de apoiar as pessoas e não as empresas. Entretanto, os sócios-gerentes das empresas passaram a ser apoiados pelo governo central, mas essa medida manteve-se, mas continua a ser uma medida da ação social de apoio às pessoas e não às empresas. Portanto, meus senhores, senhor Presidente da Câmara, isto é um plano importante, é um plano válido, com medidas concretas e esperemos que possa ser aplicado e que deixemos rapidamente de precisar dele».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado António Farrajota (CDS)**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «este assunto que é trazido à Assembleia Municipal hoje, não é um daqueles assuntos que diga respeito diretamente à atividade normal de um concelho.-----

Quando a economia na sociedade em que nós vivemos funciona, de uma maneira geral, a sociedade encontra-se bem, dentro do possível, nunca há uma sociedade perfeita, mas encontra-se bem. Esta pandemia apresenta-se como um exame para todos os organismos estatais.-----

As medidas apresentadas ou vão resultar, ou não. Nós esperamos que sim.-----

Se fosse o nosso partido a elaborar o programa de combate, possivelmente o mesmo seria diferente, mas com certeza integraria algumas das medidas que aqui foram propostas. Quero com isto dizer que eu julgo que nenhum de nós, nenhum organismo, estava preparado para esta crise que nos foi apresentada, de forma que as resoluções têm que ser muito diversas. Estou-me a lembrar, por exemplo, dos apoios que aqui foram apresentados pelo executivo, todos eles são apoios louváveis e mais houvesse, eu esperaria que houvesse mais sugestões feitas de casos pontuais, como por exemplo, as pessoas idosas que estão isoladas na serra. Sei que não serão muitas, são mais as que estão nos centros urbanos, mas que não nos esqueçamos delas. Sem querer dar muitos exemplos, porque como digo não sou um expert na resolução desta pandemia, sou o que nenhum de nós é, quero apenas lembrar que vamos olhando ao que se vai passando e tentar fazer o melhor possível, sempre tendo presente que se as empresas forem auxiliadas a manter os postos de trabalho, haverá uma melhoria considerável.---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Na sociedade em que vivemos e não noutras, o país depende da sociedade e da atividade de particulares, dos investidores.-----

Todas as empresas estatais são suportadas pelos impostos, pagos pelos particulares. Portanto, se essa atividade diminuir, como aqui já foi referido, vamos todos passar ainda um mau bocado».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que cumprimentou todos os presentes. «Independentemente destas brigas partidárias e da nossa visão diferente que temos relativamente ao município, à sociedade em geral e mesmo até ao mundo e à democracia, este é um tempo que não nos permite criar confrontos partidários, este é um tempo que temos que estar unidos para dar resposta aos verdadeiros problemas das pessoas.-----

Estamos a viver uma crise e uma crise que está a afetar principalmente as pessoas com menores rendimentos, os mais frágeis e, portanto, temos que ir ao encontro das reais necessidades das pessoas.-----

Independentemente de sermos de esquerda, ou sermos de direita, ou de sermos de centro, nós estamos todos aqui para apoiar este executivo, para apoiar este governo local e este governo nacional, na resolução dos problemas coletivos, e este programa vem ao encontro destes mesmos problemas coletivos e dos problemas das pessoas, e é bom lembrar que os problemas das pessoas são também os problemas das empresas, porque não há empresas sem pessoas. É importante dizer uma coisa muito sucintamente. Este programa, prevê um investimento total de 6.799.000€, despesas diretas estimadas em 5.622,000€ e perdas de receita estimadas em 1.177.000€. Mas também vêm medidas concretas, ou seja, prever mecanismos e medidas concretas, ou seja, vamos lá ver uma coisa. Prevê-se criar mecanismos para fomentar o acesso ao apoio alimentar, isto é, política ao serviço da comunidade. Prevê-se criar alojamentos de emergência a pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, isto é, política ao serviço da comunidade. Prevê-se igualmente criar um subsídio de arrendamento municipal, isto é, política ao serviço da comunidade e das pessoas. Prevê-se a promoção da vacinação contra a gripe sazonal junto dos equipamentos sociais à população de mais de 65 anos, porque temos que saber diferenciar também as pessoas de Covid e as pessoas de uma gripe normal. Quanto mais pessoas estiverem vacinadas contra a gripe, menos carga têm os serviços hospitalares. Prevê-se também a criação de áreas dedicadas para doentes respiratórios, a testagem a funcionários de lares e de escolas. Prevê-se o apoio financeiro a escolas, prevê-se a criação de uma linha telefónica de apoio geral à comunidade educativa, prevê-se a psicologia escolar, e também não podemos esquecer que nestes tempos de confinamento, a saúde mental é mais desprotegida e é mais exposta. Prevê-se a disponibilização de refeições escolares em regime de takeaway. Vamos ver aqui uma coisa, existem muitos jovens, mas muitos, em que pelo país fora, não é só no concelho de Loulé, que a única refeição quente que têm



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

por dia é a refeição que têm na escola e no mundo da escola muitas vezes temos este público e, portanto, esta refeição escolar em regime de takeaway irá salvaguardar este problema. Prevê-se também a disponibilidade de atribuição de 750 tablets aos alunos mais necessitados, porque muitos alunos não têm ainda no nosso concelho computador com acesso à internet. Neste ponto senhor Presidente, eu tenho uma dúvida e gostava que o executivo me esclarecesse. Na atribuição dos 750 tablets aos alunos mais necessitados, prevê-se também o acesso à internet ou não? Porque ainda existem muitas famílias que não têm acesso à internet. Neste grupo não existe acesso universal à internet e ainda não existe uma taxa social desse mesmo serviço, que deve ser garantida universalmente. Posto isto, quero só dar os parabéns ao executivo pelo excelente programa e acho que independentemente dos comentários que façamos, devemos estar todos unidos para fazer face a esta crise social e económica que enfrentamos ».

-----

Pedi o uso da palavra, a **Deputada Helena Baião (BE)**, «há pouco quando fiz a minha intervenção, esqueci-me de formular uma pergunta à Câmara Municipal relativamente à metodologia adotada na elaboração deste documento, porque existem aqui lapsos de tempo que nos fazem alguma confusão.

-----

Entre 11 de agosto e 1 de setembro, não acontece nada. Entre 11 de setembro e 7 de outubro, um mês também não acontece nada, e entre 7 de outubro e 6 de novembro de 2020, mais um mês, também não acontece nada. Esta situação já era urgente ontem, por isso gostávamos que nos esclarecessem sobre esta matéria. Também gostaria de deixar aqui uma resposta ao senhor deputado Carlos Costa, porque efetivamente costuma-se dizer que quem não se sente não é filho de boa gente, e eu acho que o senhor deputado Carlos Costa, de vez em quando faz afirmações muito polémicas, estou-me a lembrar, por exemplo, de uma que me incomodou particularmente, quando ele referiu que não estava de acordo em que as sessões da Assembleia Municipal fossem projetadas no Youtube. Ora, da última vez que eu assisti a uma sessão da Assembleia Municipal no Youtube, verifiquei que a página da Câmara da Assembleia Municipal de Loulé, tem mais de 2500 subscritores e chegaram a estar ao mesmo tempo mais de 100 pessoas a assistir ao direto. Portanto, isto parece-me uma coisa importante. Desta vez o senhor deputado achou que devia de se dirigir à oposição em geral, com uma atitude paternalista com as bancadas da oposição, dizendo que se deve fazer talvez uma Assembleia, sugerindo que era preciso fazer uma Assembleia sobre o estado da oposição, mas acho que já somos todos crescidinhos e se lhe incomoda a democracia, enfim, terá bom remédio, porque o grupo municipal do BE, também contribui habitualmente com o seu labor para a expressão da voz daqueles que nos elegeram. Portanto, falando pela nossa parte, este assunto está mais ou menos sanado, espero eu, porque não podemos aceitar este tipo de críticas generalistas. Este programa é a bazuca da CML. São quase 7 milhões de euros e nós queremos escrutinar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para onde vai o dinheiro dos nossos impostos e deixar sugestões positivas e enriquecedoras».

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «este programa de ação tem um nome interessante, tem uma sigla interessante, que é PAGCSE. Seremos nós todos a pagar, obviamente. Serão alguns a gerir e eu confio nos que estão a gerir. É um bom programa, é um programa abrangente, foi constituído por um grupo de trabalho profissional e metódico, mas tenho que pôr aqui algumas questões.

Ele deve ser dinâmico. Embora diga no programa que ele vai ser dinâmico, ele deve ser dinâmico, vai ter alterações com certeza e ele deve ter alterações certamente. Ele deve ser coordenado por uma equipa atenta e monitorizado com acompanhamento para a sua implementação. Não podemos ficar pela discussão destas ações, estas ações têm que ser coordenadas e sistematizadas e para terminar, volto a frisar a necessidade de apoio aos mais frágeis, apoio direto a pequenas empresas familiares, e nós temos no nosso concelho muitas, na área do comércio local, em várias atividades e na restauração, também atividades familiares que necessitam de apoio, que necessitam do levantamento das suas dificuldades, apoio aos agregados familiares com um elemento desempregado. Volto a frisar o sentido da minha intervenção na última Assembleia que é essencial acompanharmos e sabermos o número de desempregados e quem são os desempregados do concelho de Loulé e as suas necessidades, e apoio aos agentes culturais. Alguém já falou, penso que foi o senhor deputado António, Presidente da Freguesia de Alte, efetivamente nós temos que olhar para essa gente, há muita gente a depender desse tipo de atividade e que estão absolutamente sem apoio».

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «gostaria de realçar dois ou três aspetos que lhe parecem importantes».

Desde logo, o esforço da Câmara em tentar encontrar um programa que dê resposta, e todos nós sabemos das dificuldades que surgem numa situação destas, uma situação nova e uma situação com uma dinâmica muitas vezes imprevisível. De qualquer das formas, eu penso que este programa que foi apresentado, peca em dois aspetos que do meu ponto de vista irão comprometer a sua realização e os seus resultados.

O primeiro que me parece o mais importante é a falta de informação que o executivo nunca pôs a disposição das populações, dos cidadãos do concelho, das freguesias. A falta de informação sobre a evolução da pandemia no nosso concelho, foi do meu ponto de vista, um erro gravíssimo, porque desde logo não envolveu os cidadãos e as pessoas na resolução do problema. Passou-lhes de certa forma um atestado de menoridade relativamente às suas responsabilidades e isto foi um mau princípio, porque se tivesse



#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

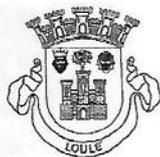
tomado uma postura mais transparente nesta matéria, informando o número de afetados e falecidos por cada freguesia por todo o concelho, eu penso que tínhamos ganho muito com isso, na responsabilização dos munícipes e também na transmissão da confiança que os munícipes iriam ter no executivo».

#### 4- Intervenção da Câmara Municipal.

Ficou com o uso da palavra, o **Vereador Carlos Carmo**, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que cabe-lhe a ele «dar aqui algumas respostas e fazer alguns esclarecimentos».

Das diversas intervenções que foram feitas, eu começaria por dizer ao deputado Joaquim Vairinhos, sim, é um programa dinâmico, e sim, irá ser monitorizado, porque mais do que um programa, mais do que um conjunto de medidas sistematizadas e pensadas, foi logo definido que esse programa teria que ser monitorizado diversas vezes, e posso dizer que ele terá três momentos de monitorização, meados de janeiro, primeiro momento, meados de março, segundo momento e meados de junho, terceiro momento, e essa monitorização será feita pelo grupo de trabalho em colaboração com as diversas unidades orgânicas que se envolveram neste programa, e com esta informação, passo para a senhora deputada Helena Baião, dizendo-lhe que o que está no programa ao nível de datas de reuniões com entidades externas, é isso mesmo. O grupo durante todo o tempo, que não está aí referido em datas, trabalhou em reuniões entre si do grupo e trabalho, em várias reuniões com membros do executivo municipal e o mais importante ainda, com toda a estrutura da Câmara, e daqui vai uma palavra a todos os dirigentes, a todos os funcionários da autarquia que se envolveram neste programa, porque foram eles que deram o corpo às medidas e à forma como elas irão ser implementadas e ao seu estudo. Portanto, quando se desvaloriza um programa desta dimensão com esta amplitude, está-se a desvalorizar o trabalho dos funcionários municipais e nisso eu quero não desvalorizar, mas sim evidenciar e valorizar e congratular-me pelo excelente trabalho que desenvolveram nesta matéria. Portanto, senhora deputada, o que está aí são datas de reuniões externas, não estão aí obviamente as inúmeras reuniões e as inúmeras horas, muitas horas que foram dedicadas a este programa.

Ao senhor deputado António Farrajota, quando refere que temos que dar atenção aos mais idosos, nomeadamente àqueles que estão isolados, sim, na primeira fase da pandemia, usámos uma ferramenta que temos ao nosso dispor para outro objetivo. No âmbito da defesa da floresta contra incêndios, temos uma plataforma que se designa de Geo Emergência, ou seja, temos georreferenciado todos aqueles idosos, todas aquelas famílias que vivem isoladas e que estão georreferenciadas consoante a sua localização, como é óbvio, e a sua caracterização, para que em caso de necessidade saibamos quem vive e quais são as suas fragilidades e como temos os contactos dessas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

peçoas, usámos essa plataforma para contactar todas as peçoas que estão aí referenciadas. Como o senhor Presidente referiu, mais de 4.000 contactos foram feitos por funcionários municipais e eu quero-vos dizer que encontrámos inúmeras situações em que as peçoas ficaram, aliás, foi abrangente a satisfação pelas peçoas, terem um contacto telefónico por parte da Câmara a perguntar simplesmente se está tudo bem, precisa de ajuda, precisa que lhe leve algum alimento, está sozinho, e nós fizemos isso na primeira vaga e vamos voltar a fazer isso neste momento, porque verificámos que isso foi de extrema importância, até para sinalizarmos situações que não estavam referenciadas a nível do apoio social da Câmara Municipal.-----

À senhora deputada Helena Baião, dizer-lhe muito rapidamente que o valor que está aí referido para equipamentos de proteção individual, resulta daquilo que foi a experiência de uma primeira vaga em que tivemos que dar resposta em cima do joelho, como se costuma dizer, à necessidade de adquirirmos máscaras, luvas, álcool gel, fatos, viseiras, óculos, tapa pés, enfim, um conjunto alargado de equipamentos que fazendo uma perspetiva até junho de 2021 verificámos aquilo que a Câmara Municipal tem que ter para o seu consumo interno, a nível das unidades orgânicas, porque todos os funcionários necessitam do seu equipamento de proteção individual todos os dias, têm a sua máscara, têm o álcool gel devido e aqueles serviços que necessitam de luvas para trabalhar têm também esse equipamento e além disso, tivemos a noção que em vários momentos tivemos que intervir em várias situações, eu vou recordar por exemplo uma, o lar de Boliqueime, a panóplia de serviços que nós tivemos que ter na altura à disposição para intervirmos naquele lar em diversas áreas e, portanto, com aquela experiência fizemos aquilo que foi a planificação, para que em caso de necessidade noutros momentos, possamos ter todos os serviços à disposição para mais que uma necessidade.-----

Higienização do espaço público, senhora deputada, estamos a falar na higienização do espaço público que nós por variadíssimas vezes demos nota, desde o simples multibanco até ao ponto de deposição de resíduos, até a todo o espaço público. Inclusive hoje, sempre que há um caso identificado numa escola, é a Câmara Municipal que vai lá fazer a higienização daquele espaço e como obviamente, isto é um valor estimado, temos que ter margem suficiente para dar resposta a todas as necessidades que possamos ter em cima da mesa.-----

A medida da habitação, dizer que é uma medida de continuidade, portanto já estava, já tinha sido implementada numa primeira vaga, está referida no programa e é de continuidade, e quando refere também, aliás na questão que fala aí dos valores de várias medidas e nomeadamente nas campanhas de sensibilização nós temos que dar conhecimento à comunidade das diversas possibilidades de contacto com a Câmara Municipal. Dou um exemplo, nós temos uma linha, Loulé Solidário que já ultrapassou os 1.800 contactos e que queremos que toda a gente saiba que essa pode ser uma ferramenta para aquelas famílias que entram pela primeira vez num momento de muito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

constrangimento, de necessidade e que de forma envergonhada não querem dar a cara, podem através da linha, fazer o contacto e de forma anónima terem o apoio devido, mas para que isso seja efetivo e podia-lhe dar aqui N exemplos, toda a gente tem que ter conhecimento e nós temos que fazer campanhas de sensibilização.-----

Custa-me que os senhores deputados da oposição, nomeadamente do PSD, se cinjam a uma análise a um programa destes, referindo o verbo estudar, pois medidas da dimensão e da complexidade que estão aqui, não podem ser implementadas sem serem planeadas e estudadas e nós somos responsáveis na implementação delas. Portanto, sim estudamos, para depois implementarmos e garantidamente que estas medidas serão implementadas, não éramos verdadeiros se não tivéssemos que colocar o verbo certo quando temos que implementar medidas de alguma complexidade».-----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que «iria fazer uma pequena introdução, depois responder também aqui ao senhor deputado Cláudio Lima e colega, e por fim também um pouco ir ao encontro daquilo que o senhor deputado Mário Botelho e também o senhor deputado António Martins falaram.-----

Sobre esta questão da auscultação das instituições por parte da Câmara Municipal de Loulé, dizer que a auscultação não iniciou com este programa. A auscultação iniciou em março deste ano, com um conjunto de auscultações que englobou associações empresariais, que englobou uma quantidade significativa de empresários relacionados com a restauração, relacionados com o comércio, relacionados com empreitadas, relacionados com a construção civil. Desse ponto de vista, tivemos uma abordagem bastante abrangente daquilo que foi uma auscultação em termos dos empresários. Referir que dessa auscultação, há um resultado significativo quer em março e abril, quer depois durante o verão em vários contactos, nomeadamente naquilo que foi uma ação protagonizada pela Junta de Freguesia de Alte e pelos empresários locais. Uma das solicitações dos empresários foi, que é isso que simboliza verdadeiramente o empresário, foi "por favor não nos deem dinheiro", e isto foi significativo do ponto de vista daquilo que era o apoio em termos de dinheiro como fosse o chamado helicóptero do dinheiro, e disseram o seguinte, que queriam é que o apoio fosse na dinamização do ponto de vista da economia e do ponto de vista da sua promoção e da sua divulgação, como aliás foi feito na freguesia de Alte. Está também programado por esta Câmara Municipal para 2021, de facto também uma grande campanha relacionada com o turismo e, portanto, não está aqui consubstanciada porque ela está a ser construída, também para dizer isso e que isso tem a ver de facto com a auscultação que foi feita com estes empresários todos, inclusive aquele que apresentou um comentário, que é a nova Associação de Empresários de Quarteira, que o executivo municipal já se reuniu com essa nova associação, que antes era um grupo de empresários, agora é uma associação de empresários e, portanto, nos tempos de hoje, constituir associações



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

devidamente organizadas é um achado, porque hoje em dia as associações tendem-se a perder e cada um por si e, portanto, desta forma terem objetivos comuns é de saudar e é muito importante naquilo que devem ser os objetivos comuns, que é a dinamização da economia local e nesse caso também saudar desse ponto de vista.-----

Referir também e passar diretamente à questão relacionada com os chamados fundos de apoio ou como a Câmara Municipal de Sintra chama, Fundo Municipal de Emergência Empresarial. Dizer-vos e isso está publicado na internet no site da Câmara Municipal de Sintra, o edital do senhor Presidente da Câmara referente à constituição desse Fundo de Emergência Empresarial. Esse Fundo de Emergência Empresarial, dizer que é a conjugação de duas legislações, é a conjugação da lei 6/2020 de 10 de abril, em que refere o seguinte:-----

"Artigo 4.º. Apoios a pessoas em situação de vulnerabilidade.-----

Durante a vigência da presente lei, a competência para a prestação dos apoios a pessoas em situação de vulnerabilidade previstos na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, naquele âmbito e quando estejam associados ao combate à pandemia da doença COVID-19, considera-se legalmente delegada no presidente da câmara municipal", e essa alínea v) da lei 75/2013, que é o RJAL, refere "participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal". É esta a legislação base que constituiu o Fundo de Emergência Empresarial por parte da Câmara Municipal de Sintra. Neste caso e em particular a Câmara Municipal de Loulé, através do seu gabinete jurídico, não encontra enquadramento legal nesta legislação para apoiar empresas a fundo perdido. Referir ainda mais, referir que além disso, é ao cumprimento escrupuloso da legislação em vigor, a Câmara Municipal e sob a coordenação do vereador Carlos Carmo, fez o programa com base exatamente nesta legislação, ou seja, encontrar soluções ao nível das pessoas com vulnerabilidade em parceria com as entidades competentes da administração central e com as IPSS, e foi isso que a Câmara Municipal fez dentro daquilo que são os parâmetros da legislação.---

Como foi referido na última Assembleia Municipal, a Câmara Municipal está completamente disponível daquilo que é o enquadramento legal do ponto de vista de apoio económico, se for essa a vontade da Assembleia da República em termos de legislação e que seja claro do ponto de vista de constituição e do ponto de vista daquilo que é a complementaridade de apoios, em termos a fundo perdido às empresas e em termos de dinheiro e, portanto, era para deixar claro esse ponto de vista em relação à Câmara Municipal de Sintra e o edital que consubstancia esse apoio e que no caso da Câmara Municipal de Albufeira, também é idêntico. No caso da Câmara de Lisboa, provavelmente é, mas ainda não encontrei essa mesma legislação e, portanto,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

logo que encontre, provavelmente será a mesma, porque nós não encontramos legislação nova nessa matéria. Referir também o seguinte.-----

Os senhores deputados referem e bem, que deve haver um esforço da Câmara Municipal no apoio às pessoas e às empresas, essencialmente às microempresas, mas não podemos deixar de referir que além do esforço que estamos a fazer, nomeadamente na isenção fiscal e na isenção de taxas, e isto é extremamente importante, porque neste momento e mais uma vez refiro e sublinho, a Câmara Municipal, tem neste momento todos os seus impostos no mínimo e isenções de taxas aplicadas, e virá, nomeadamente no orçamento municipal e das grandes opções do plano, um investimento municipal fortíssimo para o ano 2021 como alavancar também o investimento privado, ou seja, é através de um investimento municipal e investimento público, que nós podemos também dar uma confiança e um sinal daquilo que foi também a auscultação aos empresários, nomeadamente relacionado com as empreitadas e relacionado com a construção civil que tinham sido duramente afetados durante os anos 2009,2010 e que neste momento, dizem e afirmam, nós somos empregadores e neste momento, aquilo que a Câmara Municipal também faz, é não deixar cair um dos setores também fundamentais do ponto de vista da economia local, que é a construção civil e que poderá também alavancar alguns empregos desse ponto de vista daquilo que é a perda na área do turismo e por isso, pode ser também um incentivo.-----

Referir por último e como resposta também às intervenções, dizer que de facto, o *core business* da administração pública são as pessoas, como aliás é referido no gabinete de apoio ao Presidente da Câmara».-----

-----  
Ficou com o uso da palavra, o senhor **Presidente da Câmara**, para dizer que vai responder a algumas questões.-----

Eu julgo que do ponto de vista daquilo que este programa significa em termos de apoio à economia, quais as medidas concretas e quais os limites que temos para podermos ir mais além, penso que a intervenção que acabaram de ouvir é esclarecedora sobre esse ponto de vista.-----

Quero comentar algumas informações que aqui foram feitas e das quais permite-me discordar de alguns dos senhores deputados que as fizeram. Diz-se que se poderia ir mais além, que é pouco, mas também tenho que registar que em alguns casos, elogiaram e deram nota positiva a medidas que estão aí nesse programa, reconhecendo que são medidas positivas. É claro que quem se senta nessa bancada em frente ou aqui ao lado neste caso, é sempre muito fácil dizer podiam ir mais além, podiam ter mais medidas. Podem dizer isso tudo, mas acreditem que estão a lidar com um executivo municipal que está consciente da gravidade da situação, que vai até onde pode ir e vai até onde entende ser a sua capacidade para ajudar quer os cidadãos, quer as empresas. É claro que eu compreendo, na oposição é cómodo dizer podia ter feito mais, podia ter ido mais além, mas não. Nós com rigor e sentido de responsabilidade, porque também não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

queremos arriscar, não queremos amanhã ser confrontados com acusações de que tomaram esta decisão sem cobertura legal e depois sermos chamados a responder sobre qualquer decisão que possamos tomar ou pressionados, ou mal aconselhados e depois arcarmos com as consequências, isso não desejamos. Acreditem que fazemos aquilo que julgamos que é útil e necessário neste momento para ajudar os cidadãos e as empresas, e quem fala de entre o dinheiro já gasto na primeira vaga, mais aquele que agora projetamos gastar e podemos até gastar mais, dependendo de como a situação vai evoluir, quem fala de 11 milhões e meio de euros quase, senhores deputados, eu acho que isto é ser ousado, é estar à altura da situação e é estar preocupado, quer com as empresas, quer com as pessoas, e aliás devo dizer que nós temos medidas para as empresas e medidas para as pessoas, sendo que o nosso foco naturalmente é a saúde pública, assumimos isso, é a saúde pública, porque se as pessoas ficarem largamente contaminadas, se as pessoas tiverem que ficar em casa durante o dia até que sejam libertadas por um telefonema do delegado de saúde pública, isso com certeza também vai bloquear a economia, também tem consequências económicas se nós descuidarmos as medidas que temos que tomar no âmbito da saúde pública. A economia para funcionar, precisa de ter uma sociedade que se sabe defender e que toma as medidas que se impõem para se proteger do crescimento descontrolado desta pandemia, e eu acho que nós estamos a fazer isso bem.-----

Depois, queria dizer também que, falou-se aqui que 50.000€ é pouco para criar estruturas de apoio à população sem teto, sem-abrigo. Devo-lhe dizer senhora vereadora que nós temos uma estrutura mínima que já funciona e neste momento, estamos praticamente concluindo a aquisição de uma casa que iremos adaptá-la e prepará-la. Esta é uma das medidas para poder acolher população sem-abrigo, mas também temos e é preciso que leve isso em nota, nós temos através da nossa ferramenta habitual que é o Loulé Solidário e futuramente através do programa municipal de acesso à habitação. Estas duas ferramentas vão-nos permitir ajudar as pessoas com problemas de habitação, como temos feito até aqui. Se ficar um casal desempregado, se os rendimentos não forem suficientes, nós ajudamos no pagamento das suas rendas com a habitação, desde que cumpridas as exigências e os regulamentos que estão legalmente em vigor.-----

Queria também dizer que se há coisa que houve, foi informação, sempre. Durante a pandemia, todas as pessoas foram informadas das medidas tomadas, do que é que estava a acontecer, a nossa ligação com o delegado de saúde, na primeira fase foi muito boa e agora também está a melhorar, está a melhorar a comunicação, informando-vos com muita frequência o que é que se está a passar. Portanto, eu não posso concordar com a afirmação de que nós não informámos sobre a situação da pandemia. Nós até fomos dos poucos concelhos que criámos uma plataforma eletrónica, que se chama Covid-19 CML, que teve milhares e milhares de visitas diárias de vários cidadãos, porque queriam saber. Por outro lado, eu não posso concordar, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

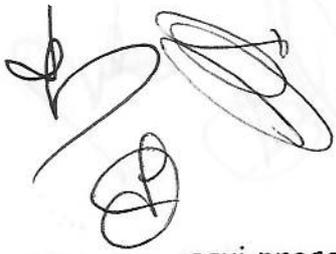
permita-me discordar, com a afirmação de um senhor deputado que disse que este programa está ferido de morte. Quando diz que está ferido de morte, não tem valor, porque nós só falámos com organizações controladas pelo Partido Socialista. Eu devo dizer que a última das minhas preocupações num contexto de saúde pública tão grave como este, é o Partido Socialista. Eu não compreendo como é que se pode dizer isso, quando nós auscultámos institucionalmente o reitor da Universidade, os dirigentes do Algarve Biomedical Center, o delegado de saúde pública, os senhores presidentes da Junta, a AISA, a ACRAL, a AETA, os diretores regionais. Eu pergunto senhor deputado, estas são pessoas do Partido Socialista? Portanto, discordo, não estou preocupado com o Partido Socialista, estou preocupado com a situação grave, com as pessoas e com as empresas e para isso trabalhamos».

Em seguida, entrou-se no ponto 5 da ordem de trabalhos:

### 5- Intervenção dos Deputados Municipais.

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «queria em primeiro lugar, ficar muito grato pelo trabalho que este executivo tem feito e que fez essencialmente na fase inicial da pandemia, onde muito pouco se conhecia e queria destacar aqui a capacidade da reação e de intervenção rápida em proporcionar tudo o que era possível para garantir a segurança das pessoas e evitar a propagação. Penso que foi um exemplo a nível do país, do qual todos nós enquanto deputados deste executivo ou da oposição, nos devemos orgulhar. Nós louletanos, devemos orgulhar-nos do trabalho do nosso executivo nesta fase inicial de combate à pandemia, que muito evitou a propagação e ajudou todas as pessoas.

Outro facto que eu queria destacar aqui e falou-se há pouco de muitas medidas de continuidade. Bom, claro que são medidas de continuidade e teriam que ser, porque este executivo tem uma matriz que é, ninguém ficará para trás. Foi dita na primeira candidatura de Vítor Aleixo e tem que ser vencedora, e esse trabalho, durante quatro anos que chegou a ser muito questionado nas assembleias municipais, dá fruto e dá jeito para estes momentos, e é por isso que há muitas medidas de continuidade. São medidas de continuidade, porque o trabalho e a matriz deste executivo são o trabalho para as pessoas. Por isso mesmo, há muitas medidas que são de apoio às pessoas e há muitas medidas que se calhar custam menos dinheiro, porque há muito trabalho que já está feito, agora aqui em cima com algum reforço financeiro. Era isso que eu queria destacar e, queria mais uma vez demonstrar toda a minha confiança, e pedir a todos os munícipes que continuem a ter confiança no município, porque seguramente este município, e como o vereador Carlos Carmo disse, estuda bem os assuntos, tem uma matriz que lhes permite continuar a acompanhar as pessoas e todos nós, deputados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aqui presentes e pessoas lá em casa, devemo-nos orgulhar e confiar no trabalho deste executivo, porque com este executivo ninguém fica para trás ».

Pedi o uso da palavra, a **Deputada Helena Baião (BE)**, referindo que gostaria de deixar aqui só uma nota para o vereador Carlos Carmo, porque de facto, eu acho que ele interpretou abusivamente as minhas palavras, e isso não é credível e não está certo. Eu fiz um pedido de clarificação sobre a metodologia. Se voltar atrás no Youtube, verá que foi uma pergunta, não foi uma afirmação e o senhor vereador responde-me que o grupo de trabalho esteve sempre a trabalhar, incluindo todos os funcionários da Câmara e que não era legítimo estarmos a criticar o grupo de trabalho, porque com o grupo de trabalho criticávamos todos os funcionários. Não, desculpe senhor vereador, mas eu não fiz nada disso. Eu fiz uma pergunta sobre a metodologia. Chegando o momento das últimas intervenções, gostaria de deixar aqui as sugestões do BE neste contexto.

Dado o atual contexto socioeconómico que agravou os níveis de pobreza extrema, a intervenção junto das pessoas mais vulneráveis é cada vez mais premente e inadiável, para diminuição e esbatimento das assimetrias sociais e económicas que perduram. É neste sentido que urge a elaboração de um fundo municipal de emergência social da autarquia de Loulé, o qual terá como objetivo a definição de regras e de critérios para a prestação de apoio financeiro de carácter urgente e inadiável a agregados familiares e a pessoas isoladas que vivam em situação económico-social de emergência, criando-se assim mais um instrumento de realização das atribuições do município no domínio da ação social.

Medida 1 - Que seja deliberado pela Câmara Municipal de Loulé em reunião ordinária marcada para o efeito, o procedimento de criação do regulamento do fundo de emergência social do município, tal como já foi feito em Gouveia, Salvaterra de Magos, Lisboa. Peço desculpa de contrariar o senhor Vice-Presidente, o meu entendimento certamente é diferente, mas o regulamento deverá ser elaborado ao abrigo do poder regulamentar próprio que é atribuído às autarquias pelo artigo 241 da Constituição da República Portuguesa da alínea h) do nº. 2 do artigo 23º., da alínea g) do nº. 2 do artigo 25º. E das alíneas k e v) do nº. 1 do artigo 33º, da lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual submissão e submetido e aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, devendo o projeto ter sido objeto de consulta pública prévia.

Medida 2 - Criação de um complemento de abono de família com perda de rendimentos a determinar, conforme o escalão atribuído pela segurança social às famílias dele beneficiárias.

Medida 3 - Criação do complemento de natalidade progressivo consoante o número de filhos, como já fora sugerido pelo BE na reunião havida com o senhor Vice-Presidente da CML, nos contributos para o orçamento de 2020/2021.



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Medida 4 - Subsídio a fundo perdido a título imediato para pagamento de rendas de casa para desempregados devidamente inscritos no IEFP, que já fez a verificação dos pressupostos, micro e pequenas empresas e associações.-----

Medida 5 - Reocupação de funcionários camarários na situação de teletrabalho ou que estão sem ocupação no domicílio.-----

Medida 6 - Se possível, implementar a redução de 30% na taxa de IMI para 2021, para os detentores de imóveis que se encontrem na situação de desempregado e imóveis dedicados à atividade comercial, industrial, ou serviços, quando o proprietário é também o dono da empresa que sofreu perdas acentuadas de rendimentos devido à pandemia.-----

Medida 7 - Taxas municipais. Atualização da tarifa social na fatura do abastecimento de água a todos os agregados que a ela têm direito, através da automatização do sistema com os rendimentos constantes no IRS. Redução de 20 a 30% nas taxas associadas ao consumo da água e por último, reforço de verbas no orçamento para 2021, para os programas regulamento Loulé Solidário, Renda Apoiada e Renda Acessível»-----

Pedi o uso da palavra, o **Deputado Carlos Costa (PS)**, para dizer que « queria nesta segunda intervenção, levantar uma questão que foi aqui muito empolada por um senhor deputado do grupo municipal do PSD, sobre a questão das entidades que não foram consultadas, mais uma vez naquela deriva de que há alguma coisa contra algum setor económico ou contra a economia. A AISA, a AHETA e a ACRAL não são, que eu saiba, dirigidas por socialistas. As duas Juntas de Freguesia do concelho de Loulé, há duas juntas que não são do Partido Socialista e foram consultados. O ABC, não sei qual é o partido, não faço ideia, a UALG, penso que o magnífico reitor não tem partido, e quanto ao corpo de bombeiros municipais, não faço ideia. De maneira que isto é daquelas questões, mais uma vez senhores deputados, enfim de não ajudar. Levantar questões aqui, encontrar defeito. Uma coisa é criticar e eu aceito a crítica com certeza, sou um democrata, não é, apesar do que se disse ainda agora. As questões devem ter uma hierarquia. Um plano, um programa tem que ter uma hierarquia, e aqui o enfoque como foi dito e paternalmente foi dito pelo senhor Presidente da Câmara. A questão da saúde, sem saúde não se consegue fazer coisas, a questão da coesão social e depois a habitação e a par e passo se possível a economia, como é evidente, e as ajudas, mas tudo isto que tem sido aqui falado e digo eu, está explanado no programa e das ações que o executivo do Partido Socialista tem implementado, eventualmente com pormenores, digamos, de mais um valor, mais uma percentagem menos uma percentagem, mas na essência, o programa é a base para o regulamento que aqui foi falado ainda agora. O grupo de trabalho seguramente e à luz da legislação. É este o *start*, o arranque, o configurar, digamos, de todo um conjunto de coisas que terá a ver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

até com o regulamento para a gestão da crise social e económica, que aqui foi falado e está contemplado e que foi citada a legislação desse plano.-----

Eu voltei atrás no Youtube, saí e fui acusado de fazer intervenções polémicas, eu um indivíduo pacífico, sou um democrata, não faço julgamentos de carácter nem de ninguém, exponho as minhas posições como deputado municipal há muitos anos, represento por enquanto aqui um grupo parlamentar, as minhas intervenções não ofenderam até hoje a honra e a consideração de ninguém, não é essa a minha formação, de maneira que eu, portanto não me retrato no julgamento de carácter que me foi feito, aqui atrás numa intervenção.-----

Queria dizer que para esta casa, senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o bom funcionamento desta Assembleia Municipal, propus em tempos e na última Assembleia até andou aí uma nuvem a falar da questão dos tempos, ou a reportar o quadro de tempos. Eu propus ao senhor Presidente da Assembleia Municipal anterior, um conjunto de questões, um conjunto de ferramentas para os deputados municipais, para facilitar o seu trabalho, para o melhor desempenho do seu trabalho político, nomeadamente os tablets que cá estão, foi uma proposta que eu fiz, nomeadamente o quadro de tempos que já aqui ensaiamos e com certeza não me opus à transmissão no Youtube. Dei foi uma hierarquia às coisas, uma hierarquia ao que seria necessário para estarmos preparados, e hoje mesmo senhor Presidente, quero deixar aqui uma nota que o quadrozinho de tempos faz falta. Se for possível nas próximas sessões, o quadro de tempos aqui para nós que estamos aqui, ajuda-nos um pouco, nas intervenções».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo «antes de mais começo pelo senhor Vereador Carlos Carmo, duas notas. Creio que não entendeu bem, as críticas não foram para mim obviamente, mas foi para o grupo municipal do PSD, todo o trabalho feito por este grupo de trabalho, obviamente que é de valorizar e é certo que da nossa parte, podemos não entender, podemos achar que é pouco ambicioso, podia ter ido mais longe, diversificou-se demasiado o plano de apoio quando na realidade os pressupostos, os fundamentos com que este plano foi idealizado e foi programado, foi e eu passo a citar, "especialmente pensadas as medidas de natureza económica que pretendem complementar, reforçar e relacionar de forma a que as empresas consigam ultrapassar com menor impacto esta crise". Este é um programa inovador que na realidade pretendia apoiar as empresas, porque as empresas são quem suporta o tecido de empregabilidade do município. É isso que não se compreende. Portanto, nós não estamos a criticar o programa, não estamos a dizer que os colaboradores que fizeram este trabalho não se esmeraram. Estamos a dizer é que podíamos ser mais ambiciosos. Dispersou-se demasiado a amplitude do programa e acabou-se por minorar determinados setores que podiam ser maximizados e aí é fácil concretizar. Mas só para acabar a intervenção do senhor vereador Carlos Carmo, compreendo que as medidas estudadas têm que ser estudadas e têm que ser aplicadas,

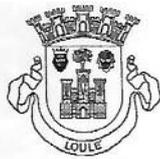


## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

só que o problema é que nós estamos aqui num período de contingência, estamos num período de crise, que não podemos esperar que as medidas sejam aplicadas em setembro ou outubro ou em junho, porque até lá o tecido económico e social pode morrer. Portanto, as medidas são para ontem, não para amanhã nem para a semana, nem para o mês que vem. Portanto, compreendo perfeitamente que as medidas têm que ser estudadas e aplicadas, mas isso já devia ter sido feito em março, abril, quando apareceu claramente o primeiro impacto do Covid. Compreendo perfeitamente a sua questão e o fundamento com que trabalha, só que isto é um programa de aplicação imediata, não é um programa de aplicação de estudos, e é aí que divergimos, divergimos da sua tese ou da sua forma de ver esta situação.-----

Quanto às considerações do senhor Vice-Presidente Pedro Pimpão, eu creio que deve haver para aí algum equívoco, não creio que o Presidente Basílio Horta, ou o Presidente Fernando Medina vá contra a lei. Acredito perfeitamente que nenhum deles está contra a lei, o facto é que constato que em Sintra existem dois planos de emergência, um a pagar 1.500€ vezes 14 meses para cada empresa e em Lisboa, 4.000€ por cada empresa que entra, até 100.000€ de faturação, 6.000€ por empresa entre 100 a 300.000€ de faturação e entre 300 a 500, 8.000€ de faturação. Não acredito que o Presidente Fernando Medina ou o Presidente Basílio Horta vá contra a lei, e provavelmente a Câmara Municipal de Loulé, será a que está errada e não as outras duas. Por isso, acho, na minha humilde opinião, que poderíamos ter ido mais longe, estar escudados ou baseados, ou fundamentados em um parecer que à partida parece não colher e sendo que há duas câmaras enormes, como é a de Sintra e como é Lisboa, e que estão na realidade a aplicar a lei e estão a injetar dinheiro nas microempresas, porque quem promove o emprego é claramente a empresa, penso que claramente deveríamos, a Câmara Municipal de Loulé, rever novamente se tem fundamento na realidade este parecer jurídico.-----

Por fim, também relativamente àquilo que eu disse que poderíamos ter ido um pouco mais longe nestas medidas, e sempre na realidade dos pressupostos são na realidade apoio à economia, apoio à microempresa, não estamos a falar de microempresas, não estamos a falar nem de grandes nem de pequenas empresas, estamos a falar de empresas, de microempresas entre um a três funcionários, no qual esses um a três funcionários são pessoas que são os próprios gerentes da sociedade, que neste momento estão a passar dificuldades e não conseguem cumprir as suas obrigações quer fiscais, quer para os poucos funcionários que têm e é essa a necessidade que nós temos de ajudar. Estamos a falar do nível da restauração, do pequeno comércio, é isso que estamos a falar, não estamos a falar de médias empresas nem de pequenas empresas nem de grandes empresas. Por isso, eu vou claramente de alguma forma clarificar aquilo que disse quando é que podíamos ir mais longe, e partimos do pressuposto, uma análise muito rápida. A primeira será despesas estimadas na economia e fiscalidade diz novas medidas, 440.000€. Dos 440.000€, 397 são aplicados



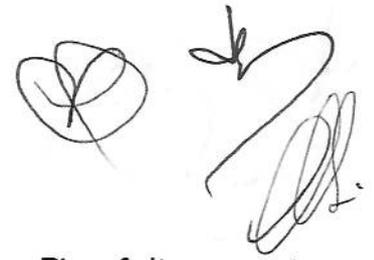
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

exatamente à LC global. Considera o senhor Presidente ou o senhor Vice-Presidente que isto é uma aplicação de uma medida na economia real, no tecido real da economia, ao injetar dos 440.000€ que aplica em despesas estimadas, 397 numa empresa municipal, é isso que não se percebe. Quer dizer, não se consegue perceber o conteúdo desta aplicação da verba, em vez de se aplicar na economia aplica-se numa empresa municipal, está deficitária.-----

Quando retirámos o valor real do valor estimado, são 440.000€ retirámos-lhe 397.000€ que são aplicados na LC global, o valor real da aplicação na economia são de 43.000€, é o valor que o senhor Presidente por exemplo, aplica na economia real, isto claro é zero, demonstra claramente que este programa não tem nada de economia, nada, rigorosamente nada, e é isso que nós achamos que podíamos ter ido muito mais longe, em determinado nível de valências, a nível de saúde, a nível de proteção civil. Mas realmente aquilo que vai manter o emprego, aquilo que vai manter a coesão social, é na realidade a economia, e se os senhores não entendem esta missão, por favor não estaremos num bom caminho.-----

Por fim, ao senhor Presidente da Câmara, agradecer também obviamente algumas medidas que foram implementadas e que nós também aqui já há algum tempo andamos a bater, obviamente que o programa não é um mau programa, não é um programa ambicioso, na realidade não é um programa ambicioso, mas há notas positivas que temos que dar, temos que reconhecê-las. Contudo, achamos que tal como disse o senhor Presidente, que a preocupação é na realidade as pessoas, só que quem está inerente às empresas são as pessoas, as empresas são pessoas, as empresas são coisas fictícias, são coisas assim um pouco não concretas, é as pessoas que estão lá detrás. Se a gente não apoia as pessoas através das empresas, mal de nós, não estaremos a apoiar realmente as pessoas, e é isso que nós pretendemos senhor Presidente, é isso, não criticamos, mas aconselhamos, que na realidade este programa tem as suas valências, tem os seus pontos fortes, mas na realidade podia ter ido muito mais longe, quando a gente olha em termos globais para o plano, dizemos assim o plano tem 6.7 milhões de euros. Em programas de continuidade, já se arrasta dos próprios orçamentos para trás, são 4,7 milhões de euros que representa 69% 70% do valor global. Quer dizer, o senhor só tem em novas medidas, 2 milhões de euros, que representa 30.56%. quer dizer, é muito pouco, é na realidade pouquinho, muito pouquinho. É isto que a gente acha que o senhor podia ter feito mais. Se olhasse para as câmaras municipais da sua cor partidária, Sintra e Lisboa, veria certamente que haveria possibilidade de ter ido mais longe».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo «apenas para referir o mote como foi respondida a minha sugestão da nossa bancada.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação aos idosos do interior, eu não fiz acusação nenhuma. Fico feliz por saber que a Câmara fez o seu trabalho. Agora, a maneira como foi respondido, dava a impressão de que eu tinha sido de certa forma insinuoso para com a pessoa.-----

Em relação ao que acabámos de ouvir do senhor deputado Mário Botelho, o CDS está perfeitamente de acordo que a prioridade das prioridades é a economia, porque a economia gera tudo o resto, tudo, gera saúde, gera educação, gera tudo, rigorosamente tudo».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Cláudio Lima (PSD)**, dizendo «para responder ao senhor vereador Carlos Carmo, que eu destaquei aqui esta frase com a qual eu não me revejo. Não coloque senhor vereador responsabilidades nos funcionários da Câmara que apenas e exclusivamente são imputados a si e ao seu executivo, ao executivo do qual faz parte. Portanto, quando nós criticamos este plano, criticamos a falta de liderança e a falta de empenho em propor ações que sejam concretas, efetivas e que resolvam os problemas das pessoas e das empresas, e mais uma vez este plano, não espelha esse esforço e essa necessidade que hoje é cada vez mais urgente. Já o era em março, já o era em abril quando nós fizemos vários reparos e continua a sê-lo hoje. Senhor Vice-Presidente, registei com algum apreço o esforço que houve para que o executivo conseguisse auscultar empresas. Eu gostava, se possível, que o executivo disponibilizasse essa listagem, porque efetivamente, muito sinceramente o vosso programa não espelha a sensibilidade das empresas, ou pelo menos das empresas que eu conheço e que a bancada do PSD ausculta diariamente e que recebe diariamente as suas preocupações, porque não existe aqui uma medida concreta e o nosso deputado Mário Botelho já o disse várias vezes, o nosso líder de bancada, não há aqui uma medida concreta que ajude efetivamente as empresas e as pessoas a ultrapassar as graves dificuldades económicas que hoje nós temos. Portanto, não me revejo e gostava de saber um pouco mais sobre isto, e muito sinceramente, ouvi com muita atenção a questão da falta de enquadramento legal. Eu não sei o que é que se passa nas outras autarquias do país mas quando há vontade e quando há necessidade, as coisas acontecem senhor Vice-Presidente e senhor Presidente da Câmara. Eu acho que quando há necessidades e de facto nós estamos numa altura de necessidade, é a altura, nós estamos em época de emergência e em altura de emergência, nós necessitamos de líderes com capacidade para executar e não com a questão de refugiar-se atrás de uma legislação que pode ou não ser efetiva. Quando há vontade, as coisas fazem-se».-----

Pediu o uso da palavra, o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, afirmando que «obviamente temos posturas diferentes, por isso é que estamos em bancadas diferentes e em partidos diferentes, e é verdade que se o PS preferência as pessoas, o PSD e o CDS, acham que o investimento devia ser muito



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

maior nas empresas, é óbvio que é importante apoiar as empresas, mas a verdade é que seria muito interessante a Câmara chegar aqui hoje e dizer vamos baixar o IMI, vamos acabar com a derrama, vamos deixar de cobrar o IRS às famílias, mas a verdade é que isso já acontece. A Câmara Municipal de Loulé tem tudo isso no mínimo há algum tempo, e isso é apoio à economia e às famílias, e também é verdade que podia vir dizer agora, vamos isentar todos os estabelecimentos comerciais da ocupação do espaço público. Isso já está e vai estar até ao final do próximo ano. Vamos deixar de cobrar as taxas por publicidade, também já está, já estava e vai continuar. Portanto, é óbvio, são medidas de continuidade, mas são medidas que se refletem diretamente na economia.-----

Também diz que vai contratualizar serviços com as empresas, isso é dinamizar a economia. Portanto, dizerem que não há medidas para a economia. Em relação à legislação, acho muito bem que venham dar o exemplo de Sintra e de Lisboa, desses dois municípios, e os outros 306? Porque é que só esses dois é que seguiram essa via? Bom, Albufeira tem aquele subterfúgio estranho que não é carne nem é peixe, mas porquê só esses dois? Se calhar também tem que ver primeiro com a dimensão do orçamento deles e com a capacidade de, se for necessário, arcar com as consequências, mas os outros 306 ainda não foram por esse caminho. Se calhar estão na mesma posição que a Câmara Municipal de Loulé».-----

Em seguida, entrou-se no ponto 6 da ordem de trabalhos:-----

#### 6- Intervenção da Câmara Municipal:-----

Ficou com o uso da palavra, o Vereador Carlos Carmo, para «fazer duas ou três considerações.-----

A forma como, se calhar, fui entendido pelo deputado António Farrajota, a forma da minha resposta, não era de todo esse o tom, portanto, e o facto de estarmos com a máscara e estarmos a tentar projetar a voz, às vezes pode transparecer outro tipo de resposta, mas não. Mas dizer aqui quando se fala, e acho que isto tem que ser entendido e parece que o facto de utilizarmos uma terminologia de continuidade e de nova medida, criou alguma confusão. Quando se fala em medidas de continuidade, fala-se em medidas que foram tomadas de forma aleatória, tendo em consideração o momento em que estávamos a atravessar numa primeira vaga e que num momento de preparação deste programa, foram estudadas e foram implementadas numa lógica de continuidade. Portanto, não são medidas que já decorrem, são medidas que a partir do mês de novembro que está aqui bem definido, têm uma perspetiva de continuidade, porque já foram experimentadas e agora estão integradas num programa, e já agora só para terminar, quando se diz que não se investe nas empresas, ou melhor, que não se apoia as empresas quando se perde receita de mais de 1 milhão de euros, que fica



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

na economia, se isso não é apoiar as empresas o que é que será senhor deputado Mário Botelho?»-----

Ficou com o uso da palavra, o **Vice-Presidente, Pedro Pimpão** para «Referir aqui a questão levantada também pela senhora deputada Helena Baião referir que, claro que pode contra-argumentar, porque eu não sou dono da verdade, nem pouco mais ou menos, e quando mete legislação muito menos e, portanto, referir o seguinte.----- Sobre essa questão, de facto, pode ser regulado, é previsto o regulamento, mas não é previsto para as empresas, ou seja, aí a legislação de facto não refere que diretamente eu posso ter regulamentos municipais de apoio diretos a fundo perdido às empresas, e é aqui que eu queria pegar e aliás facilitou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte que já da outra vez, de facto, é verdade que os apoios às empresas nós não podemos resumir a um regulamento a fundo perdido no ponto de vista de dinheiros e, portanto, estar a resumir um programa como o senhor deputado Mário Botelho acabou de o fazer, resumir a um apoio a fundo perdido no ponto de vista daquilo que deve ser o apoio às empresas e o apoio à economia, de facto, é resumir à insignificância, todo o esforço que as autarquias a nível nacional e as Juntas de Freguesia estão a fazer em relação às pessoas e ao desemprego e, estar a dizer que é completamente inócuo tudo aquilo que é a fiscalidade do ponto de vista da sua baixa, de todo o ponto de vista que é isenções de taxas municipais até ao final de 2021 e sublinho, taxas municipais com isenção até final do ano 2021.----- Referir também a questão das duas câmaras municipais, que sinceramente só as referimos por uma questão de sublinhar as medidas e não para entrar em concorrência e, portanto, não vou referir as câmaras municipais, senão teria que referir outras câmaras municipais, porque é que não adotaram o mesmo e dizer também em relação ao Loulé Concelho Global, e isto é importante. Nós não podemos estar a referir que estamos a financiar uma empresa. Nós temos que estar a referir que estamos a financiar um conjunto de atividades, nomeadamente passam através da isenção do transporte público urbano em Almancil, em Quarteira, em Loulé e de ligação à central de caminhos-de-ferro, a estação de comboios e, portanto, esse transporte neste momento está isento de pagamento, a mobilidade também é neste caso importantíssima para as pessoas do ponto de vista da atividade económica e, desse ponto de vista, só esta medida tem um custo que é quase a totalidade deste valor que está aqui neste momento em termo de despesa para a empresa municipal. Estar a reduzir uma transferência para uma empresa municipal a dizer que eu estou a apoiar uma empresa municipal e não estou a apoiar a economia, é o mesmo que dizer que a empresa municipal são sete gatos pingados que não estão lá a fazer absolutamente nada e, desse ponto de vista é errado estar a dizer isso, porque a empresa municipal serve para gerir depois a isenção do ponto de vista daquilo que é o transporte público municipal. Além disso, é a isenção também de um mercado exterior de sábado aos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

produtores locais e aos agricultores que dependem daquele produto de escoamento aos sábados de manhã, e é também ainda aquilo que já foi frisado pelo senhor Presidente da Câmara e que também está no detalhe do programa, que é a questão da tarifa de estacionamento, nomeadamente nos locais de menor procura, que engloba Vilamoura em alguns períodos e nalguns sítios e também outros locais do concelho e, desse ponto de vista, há medidas económicas através, nomeadamente desta empresa municipal Loulé Concelho Global.-----

Referir também que a aplicação de isenção de taxas municipais referente às esplanadas e afins, que também era uma reivindicação do ponto de vista daquilo que eram os empresários em Quarteira e em Vilamoura, através da auscultação, que foi a isenção das taxas municipais sobre as esplanadas até também ao final do ano 2021 em toda a freguesia de Quarteira, englobando aquela que é neste momento delegada na empresa municipal Inframoura e por isso também encontra uma perda de receita também substancial. Há uma dinamização forte daquilo que é também aquilo que foi a auscultação e que fomos ao encontro desses mesmos empresários que transmitiram e solicitaram essas medidas das quais nós conseguimos responder.-----

Eu terminava só com uma questão que eu acho que também é fundamental e também peço aos senhores deputados atenção também em relação a esta matéria, que é uma das medidas que foi solicitada ao governo central, é que pagasse a horas. Pois bem, a Câmara Municipal de Loulé desde o início do mandato anterior, foi sempre seu objetivo a recuperação das finanças municipais e o pagamento a horas aos fornecedores. Isto cria credibilidade, isto cria confiança e cria também que as empresas consigam receber a horas os contratos que celebram com a Câmara Municipal e, isto também é ajudar a economia local, pagar a horas, tal como também o fazemos em forma de adiantamento, como acelerámos também os pagamentos neste período em relação aos contratos programa com associações e clubes desportivos, bem como nas empreitadas, que também temos feito adiantamentos nessa parte em relação aos construtores e, ter finanças municipais equilibradas, é conseguir corresponder de facto nesta segurança em relação às pessoas e em relação à expectativa que têm, não só no recebimento, mas também nos valores menores que pagam em relação àquilo que suportam. Queria deixar estas notas aos senhores deputados»-----

Ficou com o uso da palavra, o **Presidente da Câmara Municipal**, para «dizer uma coisa aos senhores deputados do PSD, é que a nossa visão da sociedade, é uma visão que naturalmente tem a economia como um dos pilares insubstituíveis do funcionamento da sociedade, embora os senhores muitas vezes nos queiram colar um rótulo, são as pessoas que não damos importância às atividades económicas e à economia. Não, senhores deputados. Podemos ter uma visão diferente do modo de responder a esta crise, admito que sim, nós somos pessoas que perante uma crise, adotamos como política injetar dinheiro na economia, incrementando o investimento público, criando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contextos favoráveis às atividades económicas, baixando toda a carga fiscal. Reparem uma coisa senhores deputados. Eu não ouvi municípios até agora, neste contexto de crise, anunciarem a passagem do IMI para o mínimo, ou abolirem a derrama, não ouvi. Se nós estivéssemos na situação deles, essa seria a primeira das medidas que tomaríamos para apoiar as atividades económicas. Acontece que já fazemos isso, não podemos fazer, mas além disso, nós incluímos uma série de medidas, pelo menos eu contei aqui 13 que foram sugeridas pelos senhores do Partido Social Democrata em duas situações, porque nos fizeram chegar contributos e nós incluímos 13 das medidas e, portanto, custa-me ouvir agora da parte do deputado Mário Botelho, ou do deputado Cláudio Lima, não sei qual dos dois, foi um dos dois, dizer que não há uma medida de apoio à economia neste programa, isso é injusto, até porque várias medidas que os senhores sugeriram estão cá, como é que podem dizer uma coisa dessas? Portanto, a coerência do debate político fica-nos a todos muito bem.-----

Depois, vou fornecer a listagem dos empresários que consultámos, foram mais de 100 empresários, que no contexto da crise nós ouvimos, quisemos saber quais eram as preocupações, o que é que esperavam de nós, que medidas é que queriam que tomássemos e nós tomámos muitas e fomos ao encontro dessas sugestões com todo o gosto. Havemos de fornecer a lista das pessoas que estiveram nessas reuniões. São 76 medidas, dessas medidas, muitas são dirigidas à atividade económica, a proteger a atividade económica e três períodos de monitorização. Portanto, nada do que aqui está e que vos foi apresentado, foi pensado ao acaso, sem consistência. Eu não conheço muitos municípios que tenham respondido à crise atual que temos de saúde pública e à crise económica que temos com um programa tão robusto, tão bem estruturado, tão bem pensado como este que está aqui. Senhores deputados, pela nossa parte, nós sentimos que estamos até aqui à altura das expectativas da economia e da sociedade que funciona no nosso município de Loulé».-----

Em seguida, entrou-se no ponto 7 da ordem de trabalhos:-----

### 7- Conclusões e recomendações da Assembleia Municipal;-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, explicou que não tinham sido recebidas propostas de recomendações para apresentar, «portanto os grupos municipais têm este tempo para querendo, apresentar as suas conclusões».-----

Pediu o uso da palavra, o Deputado Mário Botelho (PSD), para em «jeito de síntese, responder ao senhor vereador Carlos Carmo. Ele fala neste programa de apoio na ordem dos 6.7 milhões de euros. Para a economia e fiscalidade, são na realidade 1 milhão e 25.000€, que representa 15% do valor total, do total de investimentos. Para ter uma nota de que na realidade isto não está muito vocacionado para a economia,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

basta dizer, sem ser muito exagerativo no que vou dizer, a educação assume a política de 22,6%. Portanto, claramente não está vocacionado, mas ainda vamos mais aprofundado.-----

Só na economia e fiscalidade, tem algum, e acredito que as medidas fossem até aplicadas nos últimos orçamentos quer em redução de IMI, quer na isenção da taxa de derrama, quer na redução da taxa de participação em IRS, são de louvar e por essa razão aquela parte nós apoiamos e o orçamento é passado sem o nosso voto contra, obviamente com a nossa posição, e nós claramente estamos de acordo quanto a essa medida, mas o que nós divergimos aqui é que este programa não é bem aquilo que nós ambicionávamos. Quer dizer, fez-se um grande alarido à volta deste programa, criou-se uma grande expectativa ao longo deste programa e no fim não foi aquilo que nós esperaríamos.-----

Há grandes medidas aqui, a nível social, a nível de educação, a nível de proteção civil, mas aquilo que é premente, aquilo que é urgente, aquilo que é necessário para ontem, não é, e é isso que nós divergimos, senhor Presidente. Respondendo claramente ao senhor deputado Carlos Carmo, quando se fala em 1 milhão de euros, 1.025.659 está alocado à economia e fiscalidade. Desses, 402.000€, que representa 39,20% são para estudos, portanto estudos, e eu digo estudo da linha azul, estudo da linha amarela, estudo da linha da Goncinha, estudo dos táxis e das zonas de táxis, estudos, são estudos, não há aplicação direta disto na economia, isto não serve para nada, são zero. Portanto, os senhores aplicam claramente aqui 50% do valor dessa verba.-----

Mais uma vez, reafirmamos claramente, senhor Presidente, este programa além das valências que tem, a verdade é que, não está vocacionado para a economia. O senhor não está a defender os empresários, o senhor não está a defender o tecido económico e social, o senhor não está a defender o microempresário, não está a defender as pessoas, e é nisso que divergimos. O senhor diz que por um lado quer ajudar as pessoas, mas no fim todas as suas indicações, todo o seu programa vai contra isto, e é isto que nos insurgimos.-----

Quanto ao senhor Vice-Presidente senhor Pedro Pimpão, voltamos novamente à mesma questão, nós não constatamos nem é contra a fiscalidade, obviamente que nós aprovamos e é uma medida de louvar, e isso está claro. Portanto, não vale apenas enunciá-la mais uma vez, porque nós sempre fomos favoráveis nisso tudo. Agora vir enunciar aqui em plena Assembleia que já se aplica a taxa mínima de IMI, já se aplica a redução da derrama, já se abdica da taxa de participação de IRS, tudo bem, perfeito, é uma medida fantástica para este executivo, temos que aplaudi-la, mas o que estamos aqui a falar, é concretamente de um plano de apoio à economia que urge para ontem, e é isso que nós não conseguimos ver, porque não há medidas concretas de injeção de dinheiro na economia, porque o que nos pode acontecer num mínimo espaço de tempo, é que o tecido social e económico esteja morto, que quando chegar a junho já não haja economia. Grande parte do tecido que está aqui em Loulé, são micro, não é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

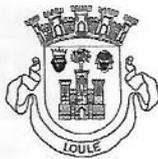
empresários, entre um a três funcionários. Se não são ajudados neste momento, podemos ter o caso que na realidade muitas dessas empresas que aqui estão, têm. O portão de desemprego aumenta drasticamente, vamos ter insegurança no município. É isto que nós queremos evitar, e é isso que nós divergimos deste programa, mas sem de alguma forma, não menosprezando. Claro, há medidas que nós obviamente apoiamos».--

---

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que «queria neste último ponto da nossa reunião, dizer que era importante que se saísse daqui com as convergências e as divergências que aqui foram e muito bem assinaladas e ditas, que saia um voto de confiança, um voto de força, um voto de animação ao executivo, para implementar, para continuar a implementar as medidas, as que estão em vigor. Estamos numa situação muito complicada, como sabemos, há muitas necessidades no nosso território, mas penso que os organismos estão a funcionar. O município, as entidades, as instituições particulares de solidariedade social, todo um conjunto, de entidades que estão a ajudar na resolução do problema e a mitigar os efeitos desta pandemia.--- Há aqui questões legais que são de apreciar também, foi dito aqui pela deputada do BE, não é, a questão do regulamento, é importante a sua avaliação, portanto um contributo, e quero dizer também uma grande dúvida que eu tenho, senhor Presidente da Assembleia Municipal. Se o PSD fosse poder, senhor Presidente da Assembleia Municipal, quais seriam as prioridades? Esta é a grande dúvida. Porque é que o PS é que governa em Loulé? Há uns anos, num mandato, está a fazer o segundo mandato, está a fechar o segundo mandato. Precisamente para o seu equilíbrio, o equilíbrio no bom senso e o equilíbrio, enfim, na sua gestão.-----

Nesta casa aqui, há um conjunto de deputados que tenta rotular... estamos contra isto e aquilo. Quero deixar o registo que infelizmente é uma pandemia que está a fazer um teste de stress à nossa economia, ao partido que suporta e ao executivo que tem um partido, tem um rosto, que é o Partido Socialista. Esse teste de stress está a ser feito e vê-se as medidas, onde aponta as medidas, a hierarquia das medidas, e dar uma nota de um detalhe, um pormenor. Com certeza que antes de se alargar uma carreira de transportes urbanos, tem que se estudar, com certeza, tem que se fazer um inquérito, tem que haver, um conjunto de questões e até eventualmente enquanto ela está a funcionar, o transporte a pedido. Os senhores não pegam nisso, não veem isso. Deveríamos enfim aqui, penso eu, com o equilíbrio, todo o equilíbrio que está a ser proposto, dar esse voto. Por parte do grupo parlamentar do Partido Socialista, sinto que o executivo está a fazer, o grupo de trabalho fez o seu trabalho e há que lhe dar sequência. Portanto, todos nós, penso eu que aqui, em resumo, senti isso, levo isso daqui, que todos nós aqui estamos imbuídos nesse espírito de atacar este inimigo que é a pandemia, portanto no nosso território»-----

---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu o uso da palavra, a **Deputada Helena Baião (BE)**, referindo que «Estamos no momento das conclusões e, portanto, o BE congratula-se com o plano que foi apresentado.»-----

Num primeiro momento, fez as suas críticas, formulou as suas questões. Num segundo momento, elencou as suas alternativas, fez as suas propostas e, portanto, resta-nos apenas concluir e desejar que este plano seja suficiente para combater a segunda vaga da pandemia Covid-19 e que não seja insuficiente para antecipar uma nova intervenção tipo TroiKa da crise que nos recorda a todos, que afetou Portugal e o mundo entre 2008 e 2012 e que nós não queremos que volte»-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo «em certa medida, pois, não estamos de acordo em tudo o que é feito, ou pelo menos nas prioridades apresentadas. Este foi um trabalho até que a Câmara aceitou com algumas sugestões da oposição. Eu como disse isto é um exame, só espero é que o executivo passe no exame, que tenha uma nota positiva depois de implementadas estas medidas, porque ninguém deseja o mal para os cidadãos de Loulé»-----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que disse « permita-me acompanhar as suas palavras, porque penso que elas sintetizam muito aquilo que aconteceu. Queria agradecer a todos a colaboração hoje nos trabalhos.----- Penso que a situação que vivemos ficou bem espelhada naquilo que me parece ser aqui o consenso sobre o objetivo, obviamente com divergências sobre os instrumentos e sobre alguns caminhos. Não parecem suficientemente grandes essas divergências para poderem justificar alguma dissonância no objetivo e, portanto, essa é a nota. Este desafio que o deputado António Farrajota transferiu para o município, penso que ele é transferível para todos nós. Assim tenhamos todos a capacidade de passar por esta pandemia e no fim conseguirmos ter a energia e a capacidade de reerguer o que tivermos que reerguer»-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA